

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**Índice das Notas Explicativas**

Apresentamos as Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Caixa Econômica Federal, distribuídas da seguinte forma:

Página

<a href="#">Nota 1</a>	Contexto operacional	03
<a href="#">Nota 2</a>	Apresentação das demonstrações financeiras	03
<a href="#">Nota 3</a>	Caixa Participações S/A - CAIXAPAR	05
<a href="#">Nota 4</a>	Principais práticas contábeis	05
<a href="#">Nota 5</a>	Caixa e equivalentes de Caixa	10
<a href="#">Nota 6</a>	Aplicações interfinanceiras de liquidez	11
<a href="#">Nota 7</a>	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	12
<a href="#">Nota 8</a>	Relações interfinanceiras - Créditos vinculados	21
<a href="#">Nota 9</a>	Carteira de crédito	23
<a href="#">Nota 10</a>	Outros créditos	33
<a href="#">Nota 11</a>	Outros valores e bens	35
<a href="#">Nota 12</a>	Investimentos	36
<a href="#">Nota 13</a>	Imobilizado	36
<a href="#">Nota 14</a>	Intangível	37
<a href="#">Nota 15</a>	Diferido	37
<a href="#">Nota 16</a>	Depósitos e captações no mercado aberto	38
<a href="#">Nota 17</a>	Recursos de letras hipotecárias e de letras de crédito imobiliário	43
<a href="#">Nota 18</a>	Obrigações por empréstimos	43
<a href="#">Nota 19</a>	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	44
<a href="#">Nota 20</a>	Outras obrigações	45
<a href="#">Nota 21</a>	Patrimônio líquido	47
<a href="#">Nota 22</a>	Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	49
<a href="#">Nota 23</a>	Receitas da intermediação financeira	51
<a href="#">Nota 24</a>	Despesas da intermediação financeira	52
<a href="#">Nota 25</a>	Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	52
<a href="#">Nota 26</a>	Despesas com pessoal	53
<a href="#">Nota 27</a>	Despesas administrativas	53
<a href="#">Nota 28</a>	Outras receitas operacionais	54

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

<a href="#">Nota 29</a>	Outras despesas operacionais	54
<a href="#">Nota 30</a>	Resultado não operacional	55
<a href="#">Nota 31</a>	Despesas tributárias	55
<a href="#">Nota 32</a>	Passivos contingentes	55
<a href="#">Nota 33</a>	Partes relacionadas	59
<a href="#">Nota 34</a>	Benefícios a empregados	61
<a href="#">Nota 35</a>	Gerenciamento do risco corporativo	65
<a href="#">Nota 36</a>	Outras informações	77

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

### **Nota - 1** Contexto operacional

A CAIXA é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O capital da CAIXA pertence integralmente a União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da Empresa se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

### Áreas de atuação

A CAIXA está autorizada a atuar em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infra-estrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos de investimentos, de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria e suas operações são apresentadas em demonstrações financeiras individuais.

Conforme artigo 1º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, a CAIXA constituiu em 31 de março de 2009 a sociedade comercial, sob a forma de sociedade anônima, denominada Caixa Participações S.A. (CAIXAPAR), com o capital social de R\$ 2.500.000 representado por 2.500.000 ações ordinárias com vistas ao cumprimento de atividades de seu objeto social e à aquisição de participações acionárias em instituições financeiras públicas ou privadas do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculadas

### **Nota - 2** Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da CAIXA são de responsabilidade da Administração e a partir de 30 de junho de 2010 as demonstrações consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Instituição Financeira CAIXA e a sua subsidiária integral CAIXAPAR.

Para permitir um melhor entendimento da evolução patrimonial e dos resultados do CAIXA, tendo em vista a consolidação da CAIXAPAR em junho de 2010, apresentamos também as informações referentes a Março/2010 e Junho/2009 consolidadas. Adicionalmente as demonstrações financeiras individuais foram aprovadas nessa mesma data e publicadas em jornal de grande circulação.

Para a elaboração dessas demonstrações consolidadas, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

## **Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

---

As demonstrações foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações sendo que a carteira de títulos para negociação e os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo com reflexo no resultado.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas: à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para contingências; a outras provisões; a planos de previdência complementar; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Por meio da Resolução CMN nº 3.786/09 e da Carta Circular nº 3.472/09 o Banco Central do Brasil reiterou o compromisso assumido com a convergência brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS – International Financial Reporting Standards) estabelecendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo órgão, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor, devem, a partir da data base de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar até noventa dias após essa data suas demonstrações financeiras consolidadas, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do parecer do auditor independente, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – International Accounting Standards Board.

A CAIXA concluiu os estudos dos impactos da adoção das referidas normas internacionais e atualmente o processo de elaboração dessas demonstrações financeiras encontra-se em fase de validação pela auditoria externa com a previsão de conclusão nos prazos estabelecidos pelo BACEN.

Visando a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade (BRGAAP) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) o Banco Central do Brasil já aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08
- CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa; aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/08
- CPC 05 - Divulgação sobre Partes relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09

Os pronunciamentos acima descritos já foram adotados na elaboração das demonstrações financeiras da CAIXA, sendo que as demais normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil serão adotadas assim que aprovadas pelo órgão regulador.

A aprovação e autorização para a publicação das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2010 foram concedidas de acordo com a deliberação dos conselheiros em 12 de agosto de 2010.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**Nota - 3 Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR**

A Caixa Participações é subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, constituída no exercício de 2009 com a integralização de parte do capital social no montante de R\$ 1.250.000, por intermédio da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, convertida na Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

Em 29 de janeiro de 2010 foi integralizada parcela adicional do capital da CAIXAPAR, autorizado pelo Conselho de Administração da CAIXA, conforme aprovação em ata nº 211, no valor de R\$ 1.185.218, sendo: R\$ 1.177.778 por meio da transferência de participações existentes na CAIXA e R\$ 7.440 em dividendos a receber, conforme demonstra quadro abaixo:

Descrição	Valor Integralizado
CAIXA SEGUROS	1.074.136
VISANET/CIELO	65.824
TECBAN	31.818
CIBRASEC	6.000
Dividendos	7.440
<b>Total</b>	<b>1.185.218</b>

Em 28 de junho de 2010 foi integralizada parcela para compor o capital social da CAIXAPAR autorizado pela Resolução do Conselho Diretor CAIXAI nº 4.250/2009 no valor de R\$ 64.782., totalizando o capital social da empresa no montante de R\$ 2.500.000

O quadro abaixo apresenta o valor do patrimônio líquido da CAIXAPAR:

Descrição	Participação CAIXA %	2010		2009
		30 de junho	31 de março	30 de junho
CAIXA PARTICIPAÇÕES	100	2.720.666	2.548.548	250.000

Em 01 de dezembro de 2009, foi celebrado entre a Caixa Participações S.A. e o Grupo Silvio Santos Participações Ltda. contrato de compra e venda de ações para aquisição de 35,54% do total do capital social do Banco Panamericano S.A., por intermédio da aquisição de 64.621.700 ações ordinárias, equivalentes a 49% do capital social votante e 24.712.286 ações preferenciais equivalentes 21,97% das ações preferenciais do referido banco. O processo de aquisição encontra-se em fase aprovação pelo Banco Central do Brasil.

**Nota - 4 Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis utilizadas pela CAIXA estão assim resumidas:

**(a) Apuração do resultado**

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registrados pelo valor de resgate, retificados por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondente ao

## **Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

---

período futuro. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

### **(b) Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades em moeda nacional são avaliadas pelo seu valor de face, e as em moedas estrangeiras são convertidas usando-se a taxa de fechamento divulgada pelo BACEN na data do Balanço Patrimonial.

Para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, de numerário, de moeda estrangeira, as aplicações em operações interfinanceiras compromissadas, com vencimento original de até 90 dias e que apresentam risco mitigado de mudança de valor justo, consideradas na gestão dos compromissos a curto prazo.

### **(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

### **(d) Títulos e valores mobiliários**

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda: que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste ao valor justo TVM e derivativos". As valorizações/desvalorizações serão levadas a resultados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos.
- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Os rendimentos dos títulos, independente de como são classificados, são apropriados "pro-rata" dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (e) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, sendo sua finalidade destinada à proteção contra riscos (*hedge*) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação, associado a operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

### (f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas observando a avaliação da Administração, realizada periodicamente, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A avaliação classifica os devedores em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso		Classificação do cliente
Prazo normal	Prazo especial (i)	
• de 15 a 30 dias	• de 30 a 60 dias	B
• de 31 a 60 dias	• de 61 a 120 dias	C
• de 61 a 90 dias	• de 121 a 180 dias	D
• de 91 a 120 dias	• de 181 a 240 dias	E
• de 121 a 150 dias	• de 241 a 300 dias	F
• de 151 a 180 dias	• de 301 a 360 dias	G
• superior a 180 dias	• superior a 360 dias	H

(i) Compreendem as operações com prazo remanescente de vencimento superior a 36 meses, conforme Resolução do CMN nº 2.682/1999.

As atualizações das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco “H” há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias (360 dias – prazo especial), são baixadas contra a provisão, e controladas por no mínimo cinco anos em contas de compensação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

## **Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

### **(g) Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A partir de 1º maio de 2008, a contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas (até 30 de abril de 2008, alíquota era de 9% para todas as empresas).

O imposto de renda e contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.059/2002 alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Os créditos tributários são objetos de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base.

A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

### **(h) Despesas antecipadas**

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

### **(i) Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas, coligadas e equiparadas às sociedades coligadas, cuja influência seja significativa ou presumidamente significativa, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e submetidos a testes de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável, e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

### **(j) Imobilizado**

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidas com essas finalidades, conforme estabelece a Resolução CMN 3.642/2008. O ativo é registrado ao custo de aquisição ou formação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, com incorporação ao custo do

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

valor do saldo da reserva de reavaliação por força da Resolução do CMN nº 3.617/2008, submetidos a testes de redução ao valor recuperável e depreciados pelo método linear sem valor residual.

**(l) Intangível**

Registrado ao custo de aquisição e formação dos bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, deduzido da amortização, quando aplicável, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável.

**(m) Diferido**

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear no prazo de até cinco anos, e sujeito a teste de redução ao valor recuperável.

Conforme determinado na Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes, constituídos até setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva baixa.

**(n) Depósitos e captações no mercado aberto**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço.

**(o) Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/2009, que adota as premissas contidas no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

(i) Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Passivos contingentes – são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

**(p) Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base “pro-rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base “pro-rata” dia).

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(q) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros**

É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. As perdas são reconhecidas diretamente no resultado do período.

**(r) Benefícios a empregados**

Os benefícios de curto prazo devidos aos empregados são reconhecidos contabilmente no resultado do período em que o empregado faz jus ao benefício.

O reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, para os benefícios pós-emprego, é efetuado de acordo os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 371/2000.

(i) A parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos e perdas acumulados não reconhecidos, que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

- I. 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido;
- II. 10% do valor justo dos ativos do plano.

(ii) Desta forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida em cada exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados conforme item (i), pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

**Nota - 5 Caixa e equivalentes de Caixa**

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
Caixa	1.743.061	1.618.647	1.505.853
Disponibilidade em moeda nacional	1.465.455	1.249.813	1.015.209
Disponibilidade em moeda estrangeira	37.485	29.545	32.968
<b>Total de Disponibilidades (caixa)</b>	<b>3.246.001</b>	<b>2.898.005</b>	<b>2.554.030</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez*	31.555.452	38.505.349	17.039.555
<b>Total</b>	<b>34.801.453</b>	<b>41.403.354</b>	<b>19.593.585</b>

\* Operações com vencimento na data efetiva de aplicação igual ou inferior a 90 dias.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**Nota - 6 Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Descrição	2010						2009			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30 de junho	%	31 de março	%	30 de junho	%
<b>Aplicações no mercado aberto</b>										
<b>Posição bancada</b>	<b>1.549</b>	-	-	-	<b>1.549</b>	-	<b>10.819</b>	-	<b>2.843.878</b>	<b>7,27</b>
Letras Financeiras do Tesouro	34	-	-	-	34	-	2.997	-	20	-
Letras do Tesouro Nacional	1.515	-	-	-	1.515	-	1.500	-	2.843.827	7,27
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	6.322	-	31	-
<b>Posição financiada</b>	<b>31.457.624</b>	-	-	-	<b>31.457.624</b>	<b>99,7</b>	<b>38.400.349</b>	<b>99,7</b>	<b>36.175.381</b>	<b>92,5</b>
Letras Financeiras do Tesouro	21.764.372	-	-	-	21.764.372	69,0	12.074.680	31,4	2.323.405	5,94
Letras do Tesouro Nacional	9.693.252	-	-	-	9.693.252	30,7	7.221.649	18,8	14.646.200	37,4
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	0,0	19.104.020	49,7	19.205.776	49,1
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	-	<b>96.279</b>	-	-	<b>96.279</b>	<b>0,3</b>	<b>94.181</b>	<b>0,3</b>	<b>103.775</b>	<b>0,27</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	96.318	-	-	96.318	0,3	94.216	0,3	104.056	0,27
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	-	(39)	-	-	(39)	-	(35)	-	(281)	-
<b>Total</b>	<b>31.459.173</b>	<b>96.279</b>	-	-	<b>31.555.452</b>	<b>100,0</b>	<b>38.505.349</b>	<b>100,0</b>	<b>39.123.034</b>	<b>100,00</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>31.459.173</b>	<b>96.279</b>	-	-	<b>31.555.452</b>	<b>100,0</b>	<b>38.505.349</b>	<b>100,0</b>	<b>39.123.034</b>	<b>100,00</b>
<b>Ativo não circulante</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (a) Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2010			2009
	2º trimestre	1º trimestre	1º semestre	1º semestre
<b>Rendas de aplic em oper compromissadas:</b>	<b>830.685</b>	<b>1.089.840</b>	<b>1.920.525</b>	<b>2.452.232</b>
Posição bancada	17.972	221.234	239.206	397.251
Posição financiada	812.713	868.606	1.681.319	2.054.981
<b>Rendas de aplic em depósitos interfinanceiros</b>	<b>2.098</b>	<b>1.846</b>	<b>3.944</b>	<b>110.632</b>
<b>Total</b>	<b>832.783</b>	<b>1.091.686</b>	<b>1.924.469</b>	<b>2.562.864</b>

### **Nota - 7** Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

#### (a) Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Descrição	2010				2009	
	30 de junho	%	31 de março	%	30 de junho	%
<b>I - Títulos para negociação</b>	<b>37.083.545</b>	<b>33,68</b>	<b>32.086.147</b>	<b>30,5</b>	<b>34.768.054</b>	<b>28,71</b>
Letras Financeiras do Tesouro	7.823.230	7,10	7.680.076	7,31	10.748.090	8,88
Letras do Tesouro Nacional	21.868.544	19,86	18.408.255	17,5	7.643.719	6,31
Notas do Tesouro Nacional	7.329.104	6,66	5.935.916	5,65	16.355.178	13,51
Debêntures	48.253	0,04	47.470	0,05	6.109	0,01
Cotas de Fundos	14.414	0,01	14.430	0,01	14.958	0,01
<b>II - Títulos disponíveis para venda</b>	<b>1.311.068</b>	<b>1,19</b>	<b>1.515.125</b>	<b>1,44</b>	<b>1.577.171</b>	<b>1,30</b>
Letras Financeiras do Tesouro	236.028	0,21	248.114	0,24	281.556	0,23
Notas do Tesouro Nacional	27.163	0,02	208.065	0,2	370.178	0,31
Títulos da Dívida Agrária	252	-	267	-	250	0,00
Certificado Financeiro do Tesouro	60.998	0,06	59.034	0,06	56.090	0,05
Debêntures	302.298	0,27	324.081	0,31	314.285	0,26
Cotas de Fundos	3.613	-	675	-	688	0,00
Certificados de Recebíveis Imobiliários	66.589	0,06	67.941	0,06	72.003	0,06
Outros	614.127	0,56	606.948	0,58	482.121	0,40
<b>III - Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>71.718.185</b>	<b>65,13</b>	<b>71.473.709</b>	<b>68,06</b>	<b>84.747.224</b>	<b>69,99</b>
Letras Financeiras do Tesouro	5.464.659	4,96	5.357.304	5,1	22.552.575	18,62
Letras do Tesouro Nacional	9.223.497	8,38	9.004.154	8,57	8.374.715	6,92
Notas do Tesouro Nacional	53.618.950	48,69	52.870.225	50,3	47.054.852	38,86
Tesouro Nacional/Securitização	2.635.304	2,39	3.169.855	3,02	5.801.914	4,79
Debêntures	55.849	0,05	57.744	0,05	55.194	0,05
Notas Promissórias	719.926	0,65	1.014.427	0,97	907.974	0,75
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>164</b>	<b>-</b>	<b>351</b>	<b>-</b>	<b>80</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>110.112.962</b>	<b>100,00</b>	<b>105.075.332</b>	<b>100,00</b>	<b>121.092.529</b>	<b>100,00</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (b) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos por prazo

#### (b.1) Categoria I - Títulos para negociação

	2010							2009					
	30 de junho							31 de março			30 de junho		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado
<b>Títulos Públicos Brasil</b>	<b>4.926.709</b>	<b>7.914.937</b>	<b>13.835.248</b>	<b>10.432.881</b>	<b>37.109.775</b>	<b>(88.897)</b>	<b>37.020.878</b>	<b>32.018.065</b>	<b>6.182</b>	<b>32.024.247</b>	<b>34.403.728</b>	<b>343.260</b>	<b>34.746.987</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.045.463	422.883	6.355.907	7.824.253	(1.023)	7.823.230	7.681.138	(1.062)	7.680.076	10.746.438	1.653	10.748.090
Letras do Tesouro Nacional	1.769.001	6.808.283	10.396.203	2.979.573	21.953.060	(84.516)	21.868.544	18.426.652	(18.397)	18.408.255	7.591.854	51.865	7.643.719
Notas do Tesouro Nacional	3.157.708	61.191	3.016.162	1.097.401	7.332.462	(3.358)	7.329.104	5.910.275	25.641	5.935.916	16.065.436	289.742	16.355.178
<b>Títulos Empresa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>62.142</b>	<b>62.142</b>	<b>525</b>	<b>62.667</b>	<b>60.924</b>	<b>976</b>	<b>61.900</b>	<b>20.584</b>	<b>483</b>	<b>21.067</b>
Debêntures	-	-	-	47.728	47.728	525	48.253	46.494	976	47.470	5.626	483	6.109
Cotas de Fundos	-	-	-	14.414	14.414	-	14.414	14.430	-	14.430	14.958	-	14.958
<b>Total</b>	<b>4.926.709</b>	<b>7.914.937</b>	<b>13.835.248</b>	<b>10.495.023</b>	<b>37.171.917</b>	<b>(88.372)</b>	<b>37.083.545</b>	<b>32.078.989</b>	<b>7.158</b>	<b>32.086.147</b>	<b>34.424.312</b>	<b>343.743</b>	<b>34.768.054</b>
% Pz Venc.	13,25	21,29	37,22	28,23	100,00	-	-	100	-	-	100	-	-

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (b.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

	2010							2009					
	30 de junho							31 de março			30 de junho		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado
<b>Títulos Públicos Brasil</b>	-	<b>14.602</b>	-	<b>862.456</b>	<b>877.058</b>	<b>3.536</b>	<b>880.594</b>	<b>1.041.745</b>	<b>7.363</b>	<b>1.049.108</b>	<b>1.156.999</b>	<b>7.888</b>	<b>1.164.887</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	235.235	235.235	792	236.028	247.204	910	248.114	280.199	1.357	281.556
Notas do Tesouro Nacional	-	14.602	-	10.550	25.152	2.011	27.163	201.972	6.093	208.065	362.042	8.136	370.178
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	237	237	16	252	245	22	267	220	30	250
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	-	60.281	60.281	717	60.998	58.696	338	59.034	57.725	(1.634)	56.090
Outros	-	-	-	556.153	556.153	-	556.153	533.628	-	533.628	456.813	-	456.813
<b>Títulos Empresa</b>	-	-	<b>76</b>	<b>388.326</b>	<b>388.402</b>	<b>42.072</b>	<b>430.474</b>	<b>408.227</b>	<b>57.790</b>	<b>466.017</b>	<b>402.661</b>	<b>9.623</b>	<b>412.284</b>
Debêntures	-	-	76	293.424	293.500	8.798	302.298	314.471	9.610	324.081	309.498	4.787	314.285
Cotas de Fundos	-	-	-	3.613	3.613	-	3.613	675	-	675	688	-	688
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	-	-	66.333	66.333	256	66.589	68.125	(184)	67.941	73.783	(1.780)	72.003
Outros	-	-	-	24.956	24.956	33.018	57.974	24.956	48.364	73.320	18.692	6.616	25.308
<b>Total</b>	-	<b>14.602</b>	<b>76</b>	<b>1.250.782</b>	<b>1.265.460</b>	<b>45.608</b>	<b>1.311.068</b>	<b>1.449.972</b>	<b>65.153</b>	<b>1.515.125</b>	<b>1.559.660</b>	<b>17.511</b>	<b>1.577.171</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(b.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento**

	2010						2009			
	30 de junho					31 de março		30 de junho		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado
<b>Títulos Públicos Brasil</b>	-	<b>1.069.181</b>	<b>13.473.684</b>	<b>56.399.545</b>	<b>70.942.410</b>	<b>70.870.906</b>	<b>70.401.538</b>	<b>71.023.417</b>	<b>83.784.056</b>	<b>83.642.143</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	244.491	490.135	4.730.033	5.464.659	5.464.138	5.357.304	5.356.784	22.552.575	22.576.919
Letras do Tesouro Nacional	-	-	9.223.497	-	9.223.497	9.167.122	9.004.154	8.985.758	8.374.715	8.374.908
Notas do Tesouro Nacional	-	824.690	3.760.052	49.034.208	53.618.950	54.063.567	52.870.225	53.969.501	47.054.852	47.867.632
Tesouro Nacional/Securitização	-	-	-	2.635.304	2.635.304	2.176.079	3.169.855	2.711.374	5.801.914	4.822.684
<b>Títulos Empresa</b>	-	<b>719.926</b>	-	<b>55.849</b>	<b>775.775</b>	<b>773.043</b>	<b>1.072.171</b>	<b>1.068.368</b>	<b>963.168</b>	<b>960.258</b>
Debêntures	-	-	-	55.849	55.849	53.334	57.744	54.078	55.194	52.299
Notas Promissórias	-	719.926	-	-	719.926	719.709	1.014.427	1.014.290	907.974	907.959
<b>Total</b>	-	<b>1.789.107</b>	<b>13.473.684</b>	<b>56.455.394</b>	<b>71.718.185</b>	<b>71.643.949</b>	<b>71.473.709</b>	<b>72.091.785</b>	<b>84.747.224</b>	<b>84.602.401</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (c) Classificação consolidada por prazos

Descrição	30 de junho de 2010											
	Custo	Provisão para Ajuste a Valor de Mercado refletida		Valor de Mercado categoria I e II	Valor de Mercado*	%	1 -30	31 - 90	91 - 180	181 - 360	361 - 720	Acima de 720 dias
		Resultado	Patrimônio Líquido									
<b>TÍTULOS PÚBLICOS - BRASIL</b>	<b>108.929.243</b>	<b>(88.897)</b>	<b>3.536</b>	<b>108.843.882</b>	<b>108.772.378</b>	<b>98,49</b>	<b>4.926.709</b>	<b>1.847.426</b>	<b>7.151.294</b>	<b>27.308.932</b>	<b>19.333.816</b>	<b>48.361.066</b>
Letras Financeiras do Tesouro	13.524.147	(1.023)	793	13.523.917	13.523.396	12,57	-	946.943	343.011	913.018	3.312.650	8.008.525
Letras do Tesouro Nacional	31.176.557	(84.516)	-	31.092.041	31.035.666	25,92	1.769.001	-	6.808.283	19.619.699	2.979.574	-
Notas do Tesouro Nacional	60.976.564	(3.358)	2.011	60.975.217	61.419.834	56,88	3.157.708	900.483	-	6.776.215	13.041.355	37.100.803
Tesouro Nacional/Securitização	2.635.304	-	-	2.635.304	2.176.079	2,57	-	-	-	-	-	2.635.304
Títulos da Dívida Agrária	237	-	15	252	252	0	-	-	-	-	237	-
Cert. Financeiro do Tesouro	60.281	-	717	60.998	60.998	0,06	-	-	-	-	-	60.281
Outros	556.153	-	-	556.153	556.153	0,5	-	-	-	-	-	556.153
<b>TÍTULOS PRIVADOS</b>	<b>1.226.319</b>	<b>525</b>	<b>42.072</b>	<b>1.268.916</b>	<b>1.266.184</b>	<b>1,51</b>	<b>-</b>	<b>719.926</b>	<b>-</b>	<b>76</b>	<b>1.358</b>	<b>504.959</b>
Debêntures	397.077	525	8.798	406.400	403.885	0,4	-	-	-	76	1.358	395.643
Notas Promissórias	719.926	-	-	719.926	719.709	0,96	-	719.926	-	-	-	-
Cotas de Fundos	18.027	-	-	18.027	18.027	0,01	-	-	-	-	-	18.027
Cert.de Recebíveis Imobiliários	66.333	-	256	66.589	66.589	0,06	-	-	-	-	-	66.333
Outros	24.956	-	33.018	57.974	57.974	0,07	-	-	-	-	-	24.956
<b>SUBTOTAL - TVM</b>	<b>110.155.562</b>	<b>(88.372)</b>	<b>45.608</b>	<b>110.112.798</b>	<b>110.038.562</b>	<b>100</b>	<b>4.926.709</b>	<b>2.567.352</b>	<b>7.151.294</b>	<b>27.309.008</b>	<b>19.335.174</b>	<b>48.866.025</b>
Negociação	37.171.917	(88.372)	-	37.083.545	37.083.545	-	4.926.709	911.772	7.003.165	13.835.248	6.534.928	3.960.095
Disponíveis para Venda	1.265.460	-	45.608	1.311.068	1.311.068	-	-	14.602	-	76	1.595	1.249.187
Mantidos até o Vencimento	71.718.185	-	-	71.718.185	71.643.949	-	-	1.640.978	148.129	13.473.684	12.798.651	43.656.743
<b>DERIVATIVOS (ATIVO)</b>	<b>164</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>164</b>	<b>164</b>	<b>-</b>	<b>164</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DERIVATIVOS (PASSIVO)</b>	<b>1.598</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,598</b>	<b>1,598</b>	<b>-</b>	<b>1,598</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TVM E DERIVATIVOS (ATIVO)</b>	<b>110.155.726</b>	<b>(88.372)</b>	<b>45.608</b>	<b>110.112.962</b>	<b>110.038.726</b>	<b>-</b>	<b>4.926.873</b>	<b>2.567.352</b>	<b>7.151.294</b>	<b>27.309.008</b>	<b>19.335.174</b>	<b>48.866.025</b>
<b>TVM E DERIVATIVOS (PASSIVO)</b>	<b>1,598</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,598</b>	<b>1,598</b>	<b>-</b>	<b>1,598</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

\* Os títulos Mantidos até o vencimento foram marcados a mercado para análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(d) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários**

Descrição	Carteira Própria	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	%
		Compromissos de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central			
<b>TÍTULOS PÚBLICOS - BRASIL</b>	<b>71.509.080</b>	<b>36.922.712</b>	<b>410.889</b>	<b>1.201</b>	<b>164</b>	<b>108.844.046</b>	<b>98,85</b>
Letras Financeiras do Tesouro	6.894.606	6.458.220	171.091	-	-	13.523.917	12,28
Letras do Tesouro Nacional	20.547.348	10.304.895	239.798	-	-	31.092.041	28,24
Notas do Tesouro Nacional	40.814.419	20.159.597	-	1.201	-	60.975.217	55,38
Tesouro Nacional/Securitização	2.635.304	-	-	-	-	2.635.304	2,39
Títulos da Dívida Agrária	252	-	-	-	-	252	0,00
Certificado Financeiro do Tesouro	60.998	-	-	-	-	60.998	0,06
Outros	556.153	-	-	-	164	556.317	0,51
<b>TÍTULOS DE EMPRESAS</b>	<b>1.268.916</b>	-	-	-	-	<b>1.268.916</b>	<b>1,15</b>
Debêntures	406.400	-	-	-	-	406.400	0,37
Notas Promissórias	719.926	-	-	-	-	719.926	0,65
Cotas de Fundos	18.027	-	-	-	-	18.027	0,02
Certificados de Recebíveis Imobiliários	66.589	-	-	-	-	66.589	0,06
Outros	57.974	-	-	-	-	57.974	0,05
<b>30 de junho de 2010</b>	<b>72.777.996</b>	<b>36.922.712</b>	<b>410.889</b>	<b>1.201</b>	<b>164</b>	<b>110.112.962</b>	<b>100,00</b>
<b>31 de março de 2010</b>	<b>75.580.667</b>	<b>28.563.286</b>	<b>309.190</b>	<b>621.838</b>	<b>351</b>	<b>105.075.332</b>	<b>100,00</b>
<b>30 de junho de 2009</b>	<b>83.828.067</b>	<b>25.831.881</b>	<b>575.722</b>	<b>10.856.779</b>	<b>80</b>	<b>121.092.529</b>	<b>100,00</b>

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Os títulos CVS referentes a contratos de novação de dívida do FCVS, cujo prazo de vencimento é em 2027, são remunerados com base na variação da TR mais juros anuais de até 6,17%. Tendo por base a Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União está autorizada a permutá-los por outros títulos de emissão do Tesouro Nacional ao valor de face atualizado. Ciente de que a permuta, quando necessária, será realizada e considerando a capacidade financeira da CAIXA, a Administração decidiu classificar os referidos títulos na categoria mantidos até o vencimento – Tesouro Nacional/Securitização.

**(e) Resultado com títulos e valores mobiliários**

Descrição	2010			2009
	2º Trimestre	1º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre
Operações compromissadas	830.685	1.089.840	1.920.525	2.452.232
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.098	1.846	3.944	110.632
Ativos financeiros disponíveis para venda	47.320	67.547	114.867	106.567
Ativos financeiros mantidos para negociação	681.001	691.180	1.372.181	2.165.368
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.992.355	2.255.799	4.248.154	4.978.853
<b>Total</b>	<b>3.553.459</b>	<b>4.106.212</b>	<b>7.659.671</b>	<b>9.813.652</b>

**(f) Instrumentos financeiros derivativos**

A CAIXA se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) registrados em contas patrimoniais e contas de compensação que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados com instrumentos de hedge, destinam-se a proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada por causa dos ajustes diários. Os contratos de swap, registrados na Cetip e na BM&F, estão sujeitos a risco de crédito no caso de a contraparte não ter capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em "swap" em 30 de junho de 2010 é de R\$ 11.919 (2009 - R\$ 2.415).

As posições desses derivativos têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação, e os ajustes em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R\$ 30.060.517 (2009 - R\$ 19.337.379). O diferencial a pagar de *Swap* nessa data monta R\$ 1.598 (2009 - R\$ 1.360) e o diferencial a receber de *Swap*, R\$ 164 (2009 - R\$ 80).

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (g) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação:

	2010								2009			
	30 de junho				31 de março				30 de junho			
	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber / pago	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber / Pago	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber / Pago	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
<b>Contratos de futuros</b>	28.460.244	-	-	28.460.244	11.249.568	-	-	11.249.568	18.568.072	-	-	18.568.072
<b>Compromissos de venda</b>	28.460.244	-	-	28.460.244	11.249.568	-	-	11.249.568	18.568.072	-	-	18.568.072
Moeda estrangeira	8.148	-	-	8.148	7.610	-	-	7.610	7.883	-	-	7.883
Índices	28.452.096	-	-	28.452.096	11.241.958	-	-	11.241.958	18.560.189	-	-	18.560.189
<b>Contratos de swaps</b>												
<b>Posição ativa</b>												
Taxa Referencial	1.484.425	164	95.131	1.579.720	1.695.442	351	62.722	1.758.515	642.003	80	7.376	649.459
<b>Posição passiva</b>												
Pós-Fixados	1.484.425	1.598	93.697	1.579.720	1.695.442	994	62.079	1.758.515	642.003	1.360	6.121	649.484

### (h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, local de negociação, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de custo e valor de mercado:

	2010							2009		
	30 de junho							31 de março	30 de junho	
	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado	
<b>ATIVO –DI - Futuros</b>										
BM&F Bovespa	4.926.615	-	6.786.755	13.302.395	3.436.331	-	28.452.096	11.241.958	18.560.189	
<b>ATIVO DOLAR - Futuros</b>										
BM&F Bovespa	-	8.149	-	-	-	-	8.149	7.610	7.883	

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (i) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

	2010			2009
	1º Trimestre	2º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre
Swap	(103)	-	(103)	(1.461)
Futuro	(42.076)	512	(41.667)	(385.930)
<b>Total</b>	<b>(42.179)</b>	<b>512</b>	<b>(41.780)</b>	<b>(387.391)</b>

### (j) Margem de garantia

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco em aberto, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
Títulos públicos			
- Letras Financeiras do Tesouro	-	-	516.794
- Letras do Tesouro Nacional	251.823	152.555	-

### (l) Marcação a mercado

A marcação a mercado desempenha importante papel no gerenciamento do risco de mercado, demonstrando as flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela Instituição. Seu objetivo é estimar os preços dos fatores de risco de mercado aos quais estão expostas as operações ativas e passivas e, conseqüentemente, os preços que reflitam, da melhor maneira possível, as condições de negociação das posições das carteiras da CAIXA no mercado financeiro.

Na CAIXA, o processo de marcação a mercado é baseado nas cotações de mercado, quando existente. Na inexistência de mercado ativo adota-se a construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das curvas de taxas de juros de mercado. Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, sendo utilizados modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido e as curvas a partir dos preços e taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

A atividade de marcação a mercado está inserida no processo de gerenciamento do risco de mercado e é executada por unidade específica, sob a responsabilidade do Vice-Presidente de Controle e Risco.

A metodologia de marcação a mercado da CAIXA está alinhada às melhores práticas de governança corporativa e gestão de riscos. Abrange todas as operações ativas e passivas da Instituição que possuem essa exigência e tem como princípios fundamentais a transparência da informação e a independência da unidade gestora.

Os preços e taxas utilizados na avaliação do valor de mercado das operações ativas e passivas são oriundos de fontes com representatividade e confiabilidade no mercado: preços

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

públicos ou disponíveis a todas as instituições financeiras e preços decorrentes de coletas privadas ou acessíveis a um grupo específico ou limitado destas instituições.

Os dados são capturados e utilizados para representar as informações de mercado relativas ao mesmo momento, sendo validados sob os aspectos físicos e lógicos.

A validação física ou de integridade consiste em verificar se os dados de mercado capturados nas fontes primárias e disponíveis nos sistemas envolvidos no processo de marcação a mercado apresentam os mesmos valores.

A validação lógica consiste em verificar se os dados capturados são consistentes e compatíveis com o comportamento do mercado, evitando imprecisões, erros ou não sincronismo e compreende duas funcionalidades:

- Verificação comparativa entre os valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado e os valores e estruturas temporais geradas em dias anteriores ou apresentadas pelos fatores de risco dos instrumentos, contratos, ativos ou títulos que possam servir de referência.
- Verificação absoluta para detectar e observar variações e descontinuidades inesperadas ou inconsistentes dentro dos próprios valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado, como, por exemplo, as variações no valor da taxa a termo utilizada para a interpolação ou extrapolação dos dados.

### **Nota - 8** Relações interfinanceiras - Créditos vinculados

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, assim como não estão incluídos nas disponibilidades.

Descrição	Remuneração	2010		2009
		30 de junho	31 de março	30 de junho
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	3.966.599	4.171.550	2.722.165
Compulsório sobre depósito de poupança	TR + 6% a.a	23.090.085	22.167.977	19.572.704
Compulsório adicional (1)	Taxa selic	17.188.266	14.618.091	7
<b>Total</b>		<b>44.244.950</b>	<b>40.957.618</b>	<b>22.294.876</b>

(1) Conforme Circular BACEN nº3.486/10, a partir de 2010 a exigibilidade adicional passou a ser recolhida em espécie com as seguintes alíquotas: depósitos à vista e a prazo – 8%; e depósitos de poupança – 10%, sendo que até dezembro de 2009 a exigibilidade estava vinculada em títulos.

(b) A rubrica "Sistema Financeiro da Habitação - SFH" inclui preponderantemente os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, no montante de R\$ 28.266.045 (2009 – R\$ 26.957.515) e provisões de R\$ 3.004.758 (2009 – 3.193.304), que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

Descrição	2010				2009	
	30 de junho		31 de março		30 de junho	
Situação dos contratos	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Não habilitados (i)	2.621.103	(463.257)	2.604.771	(557.104)	2.510.626	(343.215)
Habilitados e não homologados (ii)	5.218.707	(1.889.306)	5.226.401	(1.980.909)	5.250.464	(2.118.545)
Habilitados e homologados (iii)	20.426.235	(652.195)	20.157.319	(681.320)	19.196.425	(731.544)
<b>Total</b>	<b>28.266.045</b>	<b>(3.004.758)</b>	<b>27.988.491</b>	<b>(3.219.333)</b>	<b>26.957.515</b>	<b>(3.193.304)</b>

(i) Representam contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(ii) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte da CAIXA e/ou do FCVS, para homologação final do FCVS.

(iii) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

A provisão para créditos junto ao FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

### (c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2010			2009
	2º Trimestre	1º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre
Créditos vinculados ao BACEN	753.172	364.909	1.118.081	662.460
Créditos vinculados ao SFH	422.739	412.286	835.025	891.804
<b>Total</b>	<b>1.175.911</b>	<b>777.195</b>	<b>1.953.106</b>	<b>1.554.264</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**Nota - 9 Carteira de crédito**

**(a) Composição das carteiras de crédito por tipo de operação**

**(a.1) Curso normal**

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010				2009	
							30 de junho	%	31 de março	%	30 de junho	%
Empréstimos e títulos descontados	2.826.736	1.932.669	1.714.447	4.651.222	7.339.170	20.646.598	39.110.842	31,2	37.117.368	32,72	27.924.955	34,06
Financiamentos	868.560	194.403	187.138	528.829	925.357	5.323.431	8.027.718	6,4	5.565.441	4,91	4.912.725	5,99
Financiamentos imobiliários	1.499.146	875.537	875.654	2.623.322	5.212.906	56.342.554	67.429.119	53,77	60.211.875	53,08	40.646.923	49,58
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	52.573	52.572	52.447	157.128	313.308	8.093.247	8.721.275	6,96	8.500.557	7,49	6.740.641	8,22
Outros Créditos	1.003.784	399.208	249.867	316.863	125.528	10.471	2.105.721	1,67	2.032.662	1,80	1.750.778	2,14
<b>30 de junho de 2010</b>	<b>6.250.799</b>	<b>3.454.389</b>	<b>3.079.553</b>	<b>8.277.364</b>	<b>13.916.269</b>	<b>90.416.301</b>	<b>125.394.675</b>	<b>100,00</b>	-	-	-	-
<b>31 de março de 2010</b>	<b>5.849.822</b>	<b>3.308.366</b>	<b>2.995.582</b>	<b>7.826.391</b>	<b>12.723.933</b>	<b>80.723.809</b>	-	-	<b>113.427.903</b>	<b>100,00</b>	-	-
<b>30 de junho de 2009</b>	<b>4.922.358</b>	<b>2.747.322</b>	<b>2.372.823</b>	<b>6.228.942</b>	<b>10.070.609</b>	<b>55.633.968</b>	-	-	-	-	<b>81.976.022</b>	<b>100,00</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(a.2) Curso anormal – Parcelas vencidas**

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010				2009	
							30 de junho	%	31 de março	%	30 de junho	%
Empréstimos e títulos descontados	368.489	171.744	180.097	449.415	583.932	82.466	1.836.143	55,42	1.741.902	54,63	1.732.651	63,35
<b>Financiamentos</b>	<b>24.162</b>	<b>28.658</b>	<b>141.522</b>	<b>269.783</b>	<b>238.975</b>	<b>17.798</b>	<b>720.898</b>	<b>21,76</b>	<b>673.355</b>	<b>21,12</b>	<b>583.955</b>	<b>21,35</b>
Financiamentos imobiliários	113.033	70.838	116.742	195.239	201.268	6.880	704.000	21,25	746.310	23,40	396.384	14,49
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	-	6.833	7.272	13.509	3.074	3	30.691	0,93	6.617	0,21	1.045	0,04
Outros Créditos	6.167	5.501	2.413	2.960	2.282	2.103	21.426	0,64	20.604	0,64	20.882	0,76
<b>30 de junho de 2010</b>	<b>511.851</b>	<b>283.574</b>	<b>448.046</b>	<b>930.906</b>	<b>1.029.531</b>	<b>109.250</b>	<b>3.313.158</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>31 de março de 2010</b>	<b>384.147</b>	<b>321.934</b>	<b>428.497</b>	<b>822.551</b>	<b>1.141.997</b>	<b>89.662</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.188.788</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>30 de junho de 2009</b>	<b>425.656</b>	<b>272.499</b>	<b>390.025</b>	<b>787.990</b>	<b>782.832</b>	<b>75.915</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.734.917</b>	<b>100,00</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (a.3) Curso anormal – Parcelas vincendas

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010				2009	
							30 de junho	%	31 de março	%	30 de junho	%
Empréstimos e títulos descontados	98.871	94.612	91.398	253.460	425.240	1.194.160	2.157.741	9,56	2.241.290	11,19	1.785.758	10,95
Financiamentos	29.580	28.786	28.038	80.155	135.209	393.669	695.437	3,08	621.702	3,1	481.169	2,95
Financiamentos imobiliários	693.596	242.657	241.761	724.369	1.439.337	15.432.386	18.774.106	83,14	16.850.491	84,14	13.975.280	85,72
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	52.573	52.572	52.447	157.128	313.308	8.093.247	8.721.275	6,96	302.911	1,51	51.318	0,31
Outros Créditos	9.000	242	78	230	416	608	10.574	0,05	10.482	0,06	10.671	0,07
<b>30 de junho de 2010</b>	<b>836.707</b>	<b>371.957</b>	<b>366.935</b>	<b>1.075.193</b>	<b>2.034.159</b>	<b>17.897.256</b>	<b>22.582.207</b>	<b>100</b>	-	-	-	-
<b>31 de março de 2010</b>	<b>715.910</b>	<b>335.824</b>	<b>331.578</b>	<b>969.348</b>	<b>1.826.016</b>	<b>15.848.200</b>	-	-	<b>20.026.876</b>	<b>100,00</b>	-	-
<b>30 de junho de 2009</b>	<b>542.898</b>	<b>338.008</b>	<b>333.935</b>	<b>944.393</b>	<b>1.627.898</b>	<b>12.517.064</b>	-	-	-	-	<b>16.304.196</b>	<b>100</b>

### (a.4) Consolidação da composição das carteiras de crédito por tipo de operação

Descrição	2010				2009	
	Total em 30 de junho (a1)+(a2)+(a3)	%	Total em 31 de março (a1)+(a2)+(a3)	%	Total em 30 de junho (a1)+(a2)+(a3)	%
Empréstimos e títulos descontados	43.104.726	28,5	41.100.560	30	31.443.364	31,1
Financiamentos	9.444.053	6,24	6.860.498	5	5.977.849	5,92
Financiamentos imobiliários	86.907.225	57,4	77.808.676	57	55.018.587	54,5
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	9.696.315	6,41	8.810.085	6,5	6.793.004	6,72
Outros Créditos (nota 10 c.1)	2.137.721	1,42	2.063.748	1,5	1.782.331	1,76
<b>Total</b>	<b>151.290.040</b>	<b>100</b>	<b>136.643.567</b>	<b>100</b>	<b>101.015.135</b>	<b>100</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (b) Modalidades e níveis de risco

Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2010				2009	
										Total em 30 de junho	%	Total em 31 de março	%	Total em 30 de junho	%
Empréstimos e títulos descontados	3.636.269	23.179.436	10.365.213	2.624.600	873.941	275.076	250.975	425.312	1.473.904	43.104.726	28,49	41.100.560	30,08	31.443.364	31,12
Financiamentos	611.873	5.842.425	1.012.006	295.815	249.106	82.807	74.209	139.399	1.136.413	9.444.053	6,24	6.860.498	5,02	5.977.849	5,92
Financiamentos imobiliários	68.887	37.462.629	26.833.757	16.026.751	1.032.682	544.104	471.384	435.697	4.031.334	86.907.225	57,44	77.808.676	56,94	55.018.587	54,47
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	611.524	4.987.117	1.905.388	1.660.328	402.717	41.214	79.160	-	8.867	9.696.315	6,41	8.810.085	6,45	6.793.004	6,72
Outros Créditos	350	1.285.189	378.519	159.129	214.701	30.420	8.281	16.914	44.218	2.137.721	1,42	2.063.748	1,51	1.782.331	1,77
<b>30 de junho de 2010</b>	<b>4.928.903</b>	<b>72.756.796</b>	<b>40.494.883</b>	<b>20.766.623</b>	<b>2.773.147</b>	<b>973.621</b>	<b>884.009</b>	<b>1.017.322</b>	<b>6.694.736</b>	<b>151.290.040</b>	<b>100</b>				
%	3,26	48,09	26,77	13,73	1,83	0,64	0,58	0,67	4,43	100,00	-	-	-		
<b>31 de março de 2010</b>	<b>7.699.596</b>	<b>62.976.002</b>	<b>36.361.813</b>	<b>18.196.230</b>	<b>2.663.227</b>	<b>662.445</b>	<b>647.765</b>	<b>927.017</b>	<b>6.509.472</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>136.643.567</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
%	5,63	46,09	26,61	13,32	1,95	0,48	0,47	0,68	4,77	-	-	100,00	-	-	-
<b>30 de junho de 2009</b>	<b>8.147.400</b>	<b>37.359.773</b>	<b>27.601.502</b>	<b>17.437.255</b>	<b>3.160.935</b>	<b>710.066</b>	<b>778.510</b>	<b>987.072</b>	<b>4.832.622</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>101.015.135</b>	<b>100,00</b>
%	8,06	36,99	27,32	17,27	3,12	0,7	0,78	0,98	4,78	-	-	-	-	100,00	-

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(c) Faixas de vencimento e níveis de risco**

**(c.1) Curso normal**

	Níveis de risco														
	Operações em Curso Normal									2010				2009	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30 de junho	%	31 de março	%	30 de junho	%
01 a 30	776.319	3.047.312	1.392.880	501.695	249.031	32.481	22.733	77.077	151.271	6.250.799	4,98	5.849.822	5,15	4.922.357	6,00
31 a 60	263.473	1.842.739	744.177	316.138	123.894	17.512	11.015	32.796	102.645	3.454.389	2,75	3.308.366	2,92	2.747.321	3,35
61 a 90	165.946	1.714.342	667.875	282.189	98.739	13.287	8.877	30.841	97.457	3.079.553	2,46	2.995.582	2,64	2.372.823	2,89
91 a 180	343.214	4.629.736	1.871.914	781.388	234.229	30.438	24.551	88.811	273.083	8.277.364	6,60	7.826.391	6,90	6.228.943	7,60
181 a 360	641.083	8.146.985	3.244.001	1.157.592	193.598	45.024	44.343	24.379	419.264	13.916.269	11,10	12.723.933	11,22	10.070.608	12,28
Acima de 360	2.629.466	46.771.594	25.861.186	12.352.978	935.034	151.798	232.030	124.631	1.357.584	90.416.301	72,11	80.723.809	71,17	55.633.970	67,87
<b>Total</b>	<b>4.819.501</b>	<b>66.152.708</b>	<b>33.782.033</b>	<b>15.391.980</b>	<b>1.834.525</b>	<b>290.540</b>	<b>343.549</b>	<b>378.535</b>	<b>2.401.304</b>	<b>125.394.675</b>	<b>100,00</b>	<b>113.427.903</b>	<b>100,00</b>	<b>81.976.022</b>	<b>100,00</b>
<b>%</b>	<b>3,84</b>	<b>52,76</b>	<b>26,94</b>	<b>12,27</b>	<b>1,46</b>	<b>0,23</b>	<b>0,27</b>	<b>0,30</b>	<b>1,91</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (c.2) Curso anormal

	Níveis de risco														
	Operações em Curso Anormal									2010				2009	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30 de junho	%	31 de março	%	30 de junho	%
<b>Parcelas Vencidas</b>	<b>92.704</b>	<b>92.274</b>	<b>214.576</b>	<b>286.247</b>	<b>310.855</b>	<b>256.767</b>	<b>237.841</b>	<b>339.502</b>	<b>1.482.392</b>	<b>3.313.158</b>	<b>100,00</b>	<b>3.188.788</b>	<b>100,00</b>	<b>2.734.917</b>	<b>100</b>
01 a 30	92.366	89.167	169.994	51.948	29.874	7.882	6.810	21.169	42.641	511.851	15,45	384.147	12,05	425.655	15,56
31 a 60	-	3.107	43.633	136.252	21.532	8.965	9.635	16.016	44.434	283.574	8,56	321.934	10,10	272.498	9,96
61 a 90	-	-	949	59.479	214.093	42.204	18.345	16.841	96.135	448.046	13,52	428.497	13,44	390.026	14,26
91 a 180	-	-	-	38.568	45.265	157.955	172.647	251.630	264.841	930.906	28,10	822.551	25,80	787.990	28,81
181 a 360	-	-	-	-	91	39.761	30.404	33.802	925.473	1.029.531	31,07	1.141.997	35,81	782.832	28,62
Acima de 360	338	-	-	-	-	-	-	44	108.868	109.250	3,30	89.662	2,80	75.916	2,78
<b>Parcelas Vincendas</b>	<b>16.698</b>	<b>6.511.814</b>	<b>6.498.274</b>	<b>5.088.396</b>	<b>627.767</b>	<b>426.314</b>	<b>302.619</b>	<b>299.285</b>	<b>2.811.040</b>	<b>22.582.207</b>	<b>100,00</b>	<b>20.026.876</b>	<b>100,00</b>	<b>16.304.196</b>	<b>100</b>
01 a 30	2.083	209.955	399.324	113.900	17.203	10.327	7.581	7.502	68.832	836.707	3,71	715.910	3,57	542.898	3,33
31 a 60	2.055	120.982	106.195	69.167	10.984	6.379	4.365	4.543	47.287	371.957	1,65	335.824	1,68	338.007	2,07
61 a 90	2.040	118.810	105.202	68.152	10.802	6.320	4.312	4.441	46.856	366.935	1,62	331.578	1,66	333.934	2,05
91 a 180	5.968	347.606	309.448	199.641	31.364	18.580	12.723	12.778	137.085	1.075.193	4,76	969.348	4,84	944.394	5,79
181 a 360	4.552	661.769	590.158	373.446	59.231	35.549	24.340	24.599	260.515	2.034.159	9,01	1.826.016	9,12	1.627.898	9,98
Acima de 360	-	5.052.692	4.987.947	4.264.090	498.183	349.159	249.298	245.422	2.250.465	17.897.256	79,25	15.848.200	79,13	12.517.065	76,77
<b>Total</b>	<b>109.402</b>	<b>6.604.088</b>	<b>6.712.850</b>	<b>5.374.643</b>	<b>938.622</b>	<b>683.081</b>	<b>540.460</b>	<b>638.787</b>	<b>4.293.432</b>	<b>25.895.365</b>	<b>-</b>	<b>23.215.664</b>	<b>-</b>	<b>19.039.113</b>	<b>-</b>
<b>%</b>	<b>0,42</b>	<b>25,50</b>	<b>25,92</b>	<b>20,76</b>	<b>3,62</b>	<b>2,64</b>	<b>2,09</b>	<b>2,47</b>	<b>16,58</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (d) Composição por setor de atividade da carteira de crédito

DESCRIÇÃO	2010				2009	
	30 de junho	%	31 de março	%	30 de junho	%
<b>SETOR PÚBLICO</b>	<b>14.428.293</b>	<b>9,54</b>	<b>11.834.905</b>	<b>8,66</b>	<b>10.067.431</b>	<b>9,97</b>
Administração Direta	5.454.394	3,61	5.040.102	3,68	3.733.327	3,70
Petroquímico	5.615.059	3,71	3.615.043	2,65	3.614.089	3,58
Saneamento	2.052.233	1,36	1.982.703	1,45	1.614.053	1,60
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	640.414	0,42	547.482	0,4	494.014	0,49
Outros	666.193	0,44	649.575	0,48	611.948	0,61
<b>SETOR PRIVADO</b>	<b>136.861.747</b>	<b>90,46</b>	<b>124.808.662</b>	<b>91,34</b>	<b>90.947.704</b>	<b>90,03</b>
<b>PESSOA JURÍDICA</b>	<b>33.694.332</b>	<b>22,27</b>	<b>31.346.576</b>	<b>22,94</b>	<b>20.911.683</b>	<b>20,70</b>
<b>INDÚSTRIA E COMÉRCIO</b>	<b>16.504.844</b>	<b>10,91</b>	<b>15.979.445</b>	<b>11,69</b>	<b>11.671.051</b>	<b>11,55</b>
Comércio Varejista e Atacadista	5.866.370	3,88	5.476.632	4,01	5.477.083	5,42
Metalurgia	3.150.027	2,08	3.152.689	2,31	73.887	0,07
Fabricação de Produtos Químicos	474.787	0,31	1.161.830	0,85	1.145.849	1,13
Alimentos	1.344.564	0,89	1.013.055	0,74	664.602	0,66
Veículos Leves e Pesados	595.871	0,39	562.967	0,41	524.473	0,52
Vestuário e Acessórios	333.021	0,22	306.381	0,22	316.296	0,31
Outros Indústria e Comércio	4.740.204	3,13	4.305.891	3,15	3.468.861	3,43
<b>SERVIÇOS</b>	<b>17.189.488</b>	<b>11,36</b>	<b>15.367.131</b>	<b>11,25</b>	<b>9.240.632</b>	<b>9,15</b>
Petroquímico	466.568	0,31	445.727	0,32	284.013	0,28
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	2.348.045	1,55	1.838.818	1,35	1.531.469	1,52
Saneamento	201.368	0,13	200.172	0,15	202.687	0,20
Construção Civil	922.933	0,61	875.771	0,64	758.454	0,75
Saúde	1.196.910	0,79	1.127.391	0,83	860.314	0,85
Atividades de Serviços Financeiros	3.244.545	2,14	2.638.631	1,93	1.362.808	1,35
Escritório	374.070	0,25	339.675	0,25	276.127	0,27
Transporte Terrestre	543.997	0,36	543.104	0,4	417.619	0,41
Educação	258.017	0,17	239.442	0,18	213.420	0,21
Infra-Estrutura	188.422	0,12	170.301	0,12	186.489	0,18
Habitação	1.188.150	0,79	1.163.079	0,85	465.958	0,46
Telecomunicações	2.073.383	1,37	2.066.340	1,51	220.321	0,22
Outros Serviços	4.183.080	2,76	3.718.680	2,72	2.460.953	2,44
<b>PESSOA FÍSICA</b>	<b>103.167.415</b>	<b>68,19</b>	<b>93.462.086</b>	<b>68,4</b>	<b>70.036.021</b>	<b>69,33</b>
Habitação	79.310.767	52,42	71.035.128	51,99	51.271.253	50,76
Empréstimos	23.856.648	15,77	22.426.958	16,41	18.764.768	18,58
<b>Total</b>	<b>151.290.040</b>	<b>100,00</b>	<b>136.643.567</b>	<b>100,00</b>	<b>101.015.135</b>	<b>100,00</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (e) Composição das operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito por faixa de vencimento

Descrição	2010				2009			
	30 de junho				31 de março		30 de junho	
	Setor público	Setor privado	Total	%	Total	%	Total	%
<b>Curto prazo</b>	<b>2.604.220</b>	<b>37.633.834</b>	<b>40.238.054</b>	<b>26,60</b>	<b>37.096.577</b>	<b>27,15</b>	<b>29.687.390</b>	<b>29,39</b>
De 0 a 90 dias	687.289	14.247.779	14.935.068	9,87	13.750.886	10,06	10.815.548	10,71
De 91 a 360 dias	1.916.931	23.386.055	25.302.986	16,72	23.345.691	17,09	18.871.842	18,68
<b>Longo prazo</b>	<b>11.820.742</b>	<b>96.084.653</b>	<b>107.905.395</b>	<b>71,32</b>	<b>96.516.660</b>	<b>70,63</b>	<b>68.734.249</b>	<b>68,04</b>
De 1 ano até 3 anos	3.456.610	41.861.639	45.318.249	29,95	42.291.412	30,94	30.692.297	30,38
De 3 anos até 5 anos	1.309.725	27.056.245	28.365.970	18,75	25.712.938	18,82	19.384.042	19,19
De 5 anos até 15 anos	1.900.367	23.632.199	25.532.566	16,88	21.764.767	15,92	14.066.784	13,93
Mais de 15 anos	5.154.041	3.534.570	8.688.610	5,74	6.747.543	4,95	4.591.126	4,54
<b>Total normal</b>	<b>14.424.963</b>	<b>133.718.487</b>	<b>148.143.449</b>	<b>97,92</b>	<b>133.613.237</b>	<b>97,78</b>	<b>98.421.639</b>	<b>97,43</b>
<b>Total vencido</b>	<b>3.330</b>	<b>3.143.261</b>	<b>3.146.591</b>	<b>2,08</b>	<b>3.030.330</b>	<b>2,22</b>	<b>2.593.496</b>	<b>2,57</b>
<b>Total geral</b>	<b>14.428.293</b>	<b>136.861.748</b>	<b>151.290.040</b>	<b>100,00</b>	<b>136.643.567</b>	<b>100</b>	<b>101.015.135</b>	<b>100,00</b>

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 2.137.721 ( 2009 – R\$ 1.782.331), referente a “Outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota nº 10(c1).

### (f) Rendas de operação de crédito

Descrição	2010			2009
	2º Trimestre	1º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	2.627.282	2.396.738	5.024.020	3.980.160
Financiamentos imobiliários	1.833.188	1.611.356	3.444.544	2.502.013
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	170.163	171.628	341.791	235.888
Outros créditos	2.566	2.199	4.765	4.147
<b>Total</b>	<b>4.633.199</b>	<b>4.181.921</b>	<b>8.815.120</b>	<b>6.722.208</b>

### (g) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
<b>Saldo inicial</b>	<b>9.171.712</b>	<b>8.980.076</b>	<b>7.001.125</b>
Provisão específica	9.171.712	8.408.422	6.365.842
Provisão adicional	-	571.654	635.283
Constituição	1.749.817	1.328.859	1.898.988
Reversão Provisão adicional (i)	-	(571.654)	-
Baixas	(537.063)	(38.322)	(351.355)
Transferência para prejuízo	(574.467)	(527.247)	(530.690)
<b>Saldo final</b>	<b>9.809.999</b>	<b>9.171.712</b>	<b>8.018.068</b>
Provisão específica	9.809.999	9.171.712	7.427.876
Provisão adicional	-	-	590.192

(i) No 1º trimestre de 2010 foi revertida a provisão o adicional anteriormente constituída, em função da melhora das condições macroeconômicas e do comportamento da inadimplência da carteira de crédito comercial da CAIXA.

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (h) Concentração dos principais devedores

Descrição	2010				2009	
	30 de junho	%	31 de março	%	30 de junho	%
Principal devedor	5.615.058	3,71	3.615.043	2,64	3.614.089	3,58
10 maiores devedores	15.561.559	10,29	13.320.236	9,75	7.727.025	7,65
20 maiores devedores	18.760.383	12,40	16.516.261	12,08	10.160.849	10,06
50 maiores devedores	23.212.532	15,34	20.583.643	15,06	13.410.555	13,28
100 maiores devedores	26.202.722	17,32	23.284.001	17,04	15.411.240	15,26

### (i) Movimentação da carteira de renegociação

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
<b>Operações Renegociadas</b>	<b>1.254.099</b>	<b>592.894</b>	<b>1.145.770</b>
Operações Comerciais	997.248	468.426	908.534
Operações Habitacionais	256.851	124.468	237.236
<b>Operações Recuperadas</b>	<b>277.298</b>	<b>130.906</b>	<b>468.379</b>
Operações Comerciais	112.377	50.252	329.674
Operações Habitacionais	164.921	80.654	138.705

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (j) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários	Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	Outros créditos	Total
A	115.897	29.212	187.313	24.936	6.426	363.784
B	103.652	10.120	268.338	19.054	3.785	404.949
C	78.738	8.874	480.803	49.810	4.774	622.999
D	87.394	24.911	103.268	40.272	21.470	277.315
E	82.523	24.842	163.231	12.364	9.126	292.086
F	125.488	37.105	235.692	39.579	4.141	442.005
G	297.718	97.578	304.987	-	11.842	712.125
H	1.473.904	1.136.413	4.031.334	8.867	44.218	6.694.736
<b>Subtotal</b>	<b>2.365.314</b>	<b>1.369.055</b>	<b>5.774.966</b>	<b>194.882</b>	<b>105.782</b>	<b>9.809.999</b>
<b>30 de junho de 2010</b>	<b>2.365.314</b>	<b>1.369.055</b>	<b>5.774.966</b>	<b>194.882</b>	<b>105.782</b>	<b>9.809.999</b>
%	<b>24,11</b>	<b>13,96</b>	<b>58,87</b>	<b>1,98</b>	<b>1,08</b>	<b>100</b>
<b>31 de março de 2010</b>	<b>2.298.112</b>	<b>1.252.069</b>	<b>5.262.727</b>	<b>272.449</b>	<b>86.355</b>	<b>9.171.712</b>
%	<b>25,06</b>	<b>13,65</b>	<b>57,38</b>	<b>2,97</b>	<b>0,94</b>	<b>100</b>
<b>30 de junho de 2009</b>	<b>2.337.397</b>	<b>1.125.388</b>	<b>4.329.937</b>	<b>125.378</b>	<b>99.968</b>	<b>8.018.068</b>
%	<b>29,15</b>	<b>14,04</b>	<b>54</b>	<b>1,56</b>	<b>1,25</b>	<b>100</b>

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 105.782 (2009 – R\$ 99.968), referente à “provisão para outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota nº 10(d).

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de março de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### Nota - 10 Outros créditos

#### (a) Carteira de câmbio

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
<b>Ativo - Outros créditos</b>	<b>29.279</b>	<b>22.651</b>	<b>6.837</b>
Câmbio comprado a liquidar - ME	16.433	13.090	2.938
Direitos sobre vendas de câmbio - MN	13.017	9.691	3.976
(-) Adiantamentos recebidos - MN	(171)	(130)	(77)
<b>Ativo circulante</b>	<b>29.279</b>	<b>22.651</b>	<b>6.837</b>
<b>Passivo - Outras obrigações</b>	<b>29.499</b>	<b>22.999</b>	<b>7.085</b>
Câmbio vendido a liquidar - ME	13.066	9.909	4.147
Obrigações por compras de câmbio - MN	16.433	13.090	2.938
<b>Passivo circulante</b>	<b>29.499</b>	<b>22.999</b>	<b>7.085</b>

#### (a.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2010			2009
	1º Trimestre	2º trimestre	1º Semestre	1º Semestre
<b>Receitas</b>	<b>30.072</b>	<b>58.841</b>	<b>88.913</b>	<b>27.821</b>
Disponibilidade em moeda estrangeira	30.072	58.841	88.913	27.821
<b>Despesas</b>	<b>(29.260)</b>	<b>(58.142)</b>	<b>(87.402)</b>	<b>(30.270)</b>
Despesas de variações e diferenças de taxas	(29.260)	(58.142)	(87.402)	(30.270)
<b>Resultado de câmbio</b>	<b>812</b>	<b>699</b>	<b>1.511</b>	<b>(2.449)</b>

#### (b) Rendas a receber

Descrição	2010				2009	
	30 de junho	%	31 de março	%	30 de junho	%
Dividendos e JCP a receber (i)	76.000	8,9	479.770	39,1	47.532	7,59
FGTS	212.726	25	215.975	17,6	178.740	28,54
Seguro-desemprego	82.883	9,7	69.191	5,64	30.177	4,82
Orçamento Geral da União	138.524	16	127.353	10,4	108.888	17,39
Convênios	26.836	3,1	27.610	2,25	21.663	3,46
INSS	42.210	4,9	43.208	3,52	43.137	6,89
FAR	13.690	1,6	13.955	1,14	-	-
Fundos de investimento	53.103	6,2	38.881	3,17	44.950	7,18
Bolsa Família	70.759	8,3	64.604	5,27	58.591	9,35
Bolsa Escola	8.744	1	8.744	0,71	-	-
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)	20.313	2,4	22.015	1,8	22.870	3,65
PIS	62.354	7,3	60.775	4,96	-	-
FIES	19.450	2,3	26.881	2,19	15.186	2,42
Outros	28.155	3,3	27.445	2,24	54.586	8,72
<b>Total</b>	<b>855.747</b>	<b>100</b>	<b>1.226.407</b>	<b>100</b>	<b>626.320</b>	<b>100</b>

(i) O saldo refere-se a dividendos e JCP da Caixa Seguros e do FND.

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de março de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (c) Diversos

Descrição	2010				2009	
	30 de junho	%	31 de março	%	30 de junho	%
Adiantamentos	353.226	2,0	358.702	2,10	316.490	1,97
Créditos tributários (Nota 21)	9.450.241	52,0	9.195.168	54,00	8.600.300	53,47
Devedores por depósitos em garantia (Nota 32 a(ii))	4.152.842	23,0	4.046.349	23,00	3.541.826	22,02
Impostos e contribuições a compensar	356.116	2,4	356.283	2,10	231.362	1,44
Pagamentos a ressarcir	58.490	0,3	48.654	0,20	23.125	0,14
Participações pagas antecipadamente	385.953	2,2	-	-	-	-
Outros créditos com características de concessão de crédito (c.1)	2.106.454	12,0	2.033.721	11,90	1.752.479	10,89
Outros créditos sem características de concessão de crédito (c.2)	107.808	0,6	127.528	0,70	312.136	1,94
Devedores diversos (c.3)	874.910	4,9	1.030.536	6,00	1.307.336	8,13
Provisão para perdas - Diversos (i)	(173.369)	-	(192.220)	-	(200.165)	-
<b>Total</b>	<b>17.672.671</b>	<b>100,00</b>	<b>17.004.721</b>	<b>100,00</b>	<b>15.884.889</b>	<b>100,00</b>

(i) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

#### (c.1) Outros créditos com características de concessão de crédito

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
Devedores por compra de valores e bens	9.249	10.399	12.151
Direitos a receber de operações de venda ou transferências de ativos	9.208	9.998	14.516
Cartão de crédito	2.087.997	1.996.088	1.636.760
Governo do Estado da Bahia – EMBASA	-	17.236	89.052
<b>Subtotal</b>	<b>2.106.454</b>	<b>2.033.721</b>	<b>1.752.479</b>
Créditos por avais e fianças honradas	31.267	30.026	29.852
<b>Total</b>	<b>2.137.721</b>	<b>2.063.747</b>	<b>1.782.331</b>

#### (c.2) Outros créditos sem características de concessão de crédito

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
Governo do Estado de Pernambuco - COMPESA (i)	-	-	241.884
Cartão de crédito	52.914	53.610	52.872
SAÚDE CAIXA	(8.373)	(8.271)	8.236
Aquisição de Royalties e compensações FI	60.150	68.102	-
Outros	3.117	14.087	9.144
<b>Total</b>	<b>107.808</b>	<b>127.528</b>	<b>312.136</b>

(i) Antecipação de recursos de privatização ao Governo do Estado de Pernambuco - COMPESA. Em 30 de setembro de 2009 a operação por meio de contrato firmado entre as partes foi liquidada.

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de março de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (c.3) Devedores diversos

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
Valores a apropriar (iii)	583.922	715.912	982.307
Seguros a receber	92.814	102.692	123.162
Outros devedores	112.856	127.880	121.406
Créditos adquiridos	85.318	84.052	80.461
<b>Total</b>	<b>874.910</b>	<b>1.030.536</b>	<b>1.307.336</b>

(iii) Esses valores estão correlacionados a registros credores de mesma natureza indicados na Nota nº 20 (c.3).

### (d) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

De acordo com a Carta-Circular do BACEN nº 3.048/2002, a provisão para os títulos e créditos a receber estão classificados como “com característica de concessão de crédito” - R\$ 105.782 (2009 - R\$ 99.968) e “sem característica de concessão de crédito” - R\$ 0,00 (2009 - R\$ 241.884).

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
<b>Com característica de concessão de crédito</b>	<b>(105.782)</b>	<b>(86.355)</b>	<b>(99.968)</b>
. Cartão de crédito	(99.396)	(77.788)	(82.728)
. Governo do Estado da Bahia – EMBASA	-	(1.724)	(8.905)
. Créditos por avais e fianças honradas	(2.334)	(2.757)	(3.888)
. Devedores por compra de valores e bens	(3.960)	(3.986)	(4.302)
. Direitos a receber de operações de venda ou transferência de ativos	(92)	(100)	(145)
<b>Sem característica de concessão de crédito – COMPESA (i)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(241.884)</b>
<b>Total</b>	<b>(105.782)</b>	<b>(86.355)</b>	<b>(341.852)</b>

(i) Antecipação de recursos de privatização ao Governo do Estado de Pernambuco - COMPESA. Em 30 de setembro de 2009 a operação por meio de contrato firmado entre as partes foi liquidada

### Nota - 11 Outros valores e bens

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
Bens não de uso próprio (i)	768.509	711.481	748.955
. Imóveis patrimoniais não de uso	123.507	60.292	64.612
. Imóveis adjudicados/Arrematados	645.002	651.189	684.343
Despesas antecipadas (ii)	680.084	728.649	848.418
Material de consumo	22.424	25.957	20.982
<b>Total</b>	<b>1.471.017</b>	<b>1.466.087</b>	<b>1.618.355</b>

(i) Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA, que são submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

(ii) O montante relativo à “Desp. antecipadas”, refere-se, sobretudo a antecipação das contribuições ordinárias ao FGC.

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de março de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### Nota - 12 Investimentos

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
CAIXA SEGUROS (ii)	1.060.929	985.478	926.738
Banco Panamericano	739.272	739.272	-
CIP - Câmara Interbancária de Pagamento (i)	2.100	2.100	2.100
CIBRASEC - Cia Brasileira de Securitização (ii)	6.506	6.516	6.000
TECBAN - Tecnologia bancária (ii)	31.818	31.818	31.818
VISANET (ii)	65.825	65.825	65.824
BIAPE	1.118	1.238	5.240
Outros investimentos (i)	33.255	20.642	2.500
<b>Total</b>	<b>1.940.823</b>	<b>1.852.889</b>	<b>1.040.220</b>

(i) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição e submetidos a testes de redução ao valor recuperável .

(ii) Investimento transferido para a CAIXAPAR e avaliado pelo método de equivalência patrimonial

#### (i) Resultado de Participações em coligadas e controladas

	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
<b>CAIXA SEGUROS</b>	207.089	101.876	171.047
<b>CIBRASEC*</b>	516	516	-
<b>Participações no exterior</b>	(57)	(5)	109
<b>Total da participação em coligadas</b>	<b>207.548</b>	<b>102.387</b>	<b>171.156</b>

\*Avaliado em Jun/2009 pelo Custo de Aquisição

### Nota - 13 Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômico dos bens.

Descrição	2009		2010				
	30 de junho	31 de dezembro	Adições	Baixas	Depreciação	30 de junho	%
Imóveis de uso	930.250	909.102	10.198	-	(18.355)	900.945	48,8
- Edificações	650.008	626.651	10.198	-	(18.355)	618.494	33,5
- Terrenos	280.242	282.451	-	-	-	282.451	15,3
Imobilizações em curso	4.621	4.645	-	-	-	4.645	0,25
Instalações, móveis e equip. de uso	134.271	194.441	54.263	-	(24.646)	224.058	12,14
Sistema de comunicação	19.217	22.304	2.282	-	(2.471)	22.115	1,2
Sistema de processamento de dados	542.101	658.285	113.837	-	(124.573)	647.549	35,1
Sistema de transporte e segurança	43.689	51.147	10.708	-	(15.492)	46.363	2,51
<b>Total</b>	<b>1.674.149</b>	<b>1.839.924</b>	<b>191.288</b>	<b>-</b>	<b>(185.537)</b>	<b>1.845.675</b>	<b>100,00</b>

Em Dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, a CAIXA adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado (valor da reavaliação R\$ 566.924 – Edificações; R\$ 229.998 –

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de março de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Terrenos) e alterou a vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e sistema de segurança de 10 anos para 5 anos, conforme tabela abaixo:

	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de Segurança	5 anos
Sistema de Comunicação	10 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Móveis e Equipamentos	10 anos

Com o índice de imobilização apurado de 15,53%, a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% a partir de 31 de dezembro de 2002.

### Nota - 14 Intangível

Em atendimento à Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos relativos a direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, saldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e projetos logiciais – Software, ambos registrados anteriormente no Ativo Diferido (Nota 15) foram transferidos para o Ativo Intangível. Para o item “aquisição de folha de pagamento” foi realizado o teste de redução ao valor recuperável pelo método do fluxo de caixa descontado.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
Descrição	2009		2010			
	30 de junho	31 de dezembro	Adições	Valor recuperável de ativos	Amortizações	30 de junho
Aquisição de folha de pagamento	659.707	765.347	85.186	(982)	(97.634)	751.917
Projetos logiciais - Software	12.052	19.556	19.406	-	(2.906)	36.056
<b>Total</b>	<b>671.759</b>	<b>784.903</b>	<b>104.592</b>	<b>(982)</b>	<b>(100.540)</b>	<b>787.973</b>

### Nota - 15 Diferido

De acordo com a Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes anteriores a edição dessa Resolução, posicionados em setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva realização por amortização. Os valores de adições e baixas realizados após 30 de setembro de 2008, tiveram os seguintes procedimentos:

- Os gastos em imóveis de terceiros foram registrados como despesas e as benfeitorias em imóveis próprios foram registrados em imobilizado de uso (Nota 13 - Edificações).
- Os gastos com projetos logiciais foram reclassificados para o ativo intangível (Nota 14).

Descrição	2009		2010		
	30 de junho	31 de dezembro	Baixas	Amortizações	30 de junho
Gastos em imóveis de terceiros	103.188	76.078	(81)	(21.662)	54.335
Gastos com projetos logiciais	64.780	50.838	-	(10.272)	40.566
Benfeitorias em imóveis próprios	46.392	34.820	-	(13.240)	21.580
<b>Total</b>	<b>214.360</b>	<b>161.736</b>	<b>(81)</b>	<b>(45.174)</b>	<b>116.481</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de março de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### **Nota - 16** Depósitos e captações no mercado aberto

#### a) Depósitos

Descrição	2010				2009	
	30 de junho	%	31 de março	%	30 de junho	%
<b>Depósitos à Vista</b>	<b>17.999.695</b>	<b>9,19</b>	<b>17.740.114</b>	<b>9,30</b>	<b>13.058.283</b>	<b>7,57</b>
Pessoas Físicas	7.097.647	3,62	7.424.110	3,89	5.075.353	2,89
Pessoas Jurídicas	8.585.317	4,38	8.008.557	4,20	5.852.867	3,47
Vinculados	948.301	0,48	891.279	0,47	829.476	0,47
Governo	1.106.086	0,56	967.180	0,51	788.400	0,45
Moedas Estrangeiras	8.373	0,00	0,00	0,00	4.927	0,00
Instituições do sistema Financeiro	19.156	0,01	15.041	0,00	15.346	0,01
Entidades públicas	205.200	0,10	404.524	0,21	470.050	0,27
Outros	29.615	0,02	29.423	0,02	21.864	0,01
<b>Depósitos de Poupança</b>	<b>116.330.563</b>	<b>59,39</b>	<b>111.340.597</b>	<b>58,38</b>	<b>98.332.504</b>	<b>55,90</b>
Pessoas Físicas	114.419.167	58,41	109.537.791	57,44	97.434.649	55,39
Pessoas Jurídicas	1.907.880	0,97	1.799.112	0,94	893.875	0,51
Vinculados	3.516	0,00	3.694	0,00	3.980	0,00
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>44.705</b>	<b>0,02</b>	<b>48.936</b>	<b>0,03</b>	<b>15.544</b>	<b>0,01</b>
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>49.311.647</b>	<b>25,17</b>	<b>48.883.637</b>	<b>25,64</b>	<b>53.428.998</b>	<b>30,37</b>
Depósitos a prazo em moeda nacional	26.393.738	13,47	24.994.646	13,11	21.950.992	12,48
Depósitos judiciais com remuneração	22.917.909	11,70	23.888.991	12,53	31.478.006	17,89
<b>Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas (f)</b>	<b>12.084.147</b>	<b>6,17</b>	<b>12.596.128</b>	<b>6,60</b>	<b>10.747.497</b>	<b>6,11</b>
<b>Outras captações</b>	<b>108.610</b>	<b>0,06</b>	<b>99.947</b>	<b>0,05</b>	<b>85.628</b>	<b>0,05</b>
<b>Total</b>	<b>195.879.367</b>	<b>100,00</b>	<b>190.709.359</b>	<b>100,00</b>	<b>175.538.018</b>	<b>100,00</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>195.350.438</b>	<b>99,73</b>	<b>190.617.876</b>	<b>99,95</b>	<b>175.788.018</b>	<b>99,93</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>528.929</b>	<b>0,27</b>	<b>91.483</b>	<b>0,05</b>	<b>130.436</b>	<b>0,07</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de março de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(b) Depósitos por prazo de exigibilidade**

Depósitos	2010						2009	
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1080 dias	30 de junho	31 de março	30 de junho
Depósitos à Vista	17.999.695	-	-	-	-	17.999.695	17.740.114	13.308.283
Depósitos de Poupança	116.330.563	-	-	-	-	116.330.563	111.340.597	98.332.504
Depósitos Interfinanceiros	-	24.212	-	20.493	-	44.705	48.936	15.544
Depósitos a prazo	22.917.909	1.265.406	4.190.027	10.364.256	10.574.049	49.311.647	48.883.637	53.428.998
Depósitos Judiciais	22.917.909	-	-	-	-	22.917.909	23.888.991	31.478.006
Aplicações	-	1.265.406	4.190.027	10.364.256	10.574.049	26.393.738	24.994.646	21.950.992
Depósitos especiais e de fundos e programas	12.084.147	-	-	-	-	12.084.147	12.596.128	10.747.497
Outras captações	108.610	-	-	-	-	108.610	99.947	85.628
<b>Total</b>	<b>169.441.003</b>	<b>1.289.618</b>	<b>4.190.027</b>	<b>10.384.749</b>	<b>10.574.049</b>	<b>195.879.367</b>	<b>190.709.359</b>	<b>175.918.454</b>
<b>%</b>	<b>86,50</b>	<b>0,66</b>	<b>2,14</b>	<b>5,30</b>	<b>5,40</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	2010			2009
	2º trimestre	1º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre
Depósitos de Poupança	(1.794.045)	(1.641.402)	(3.435.447)	(3.258.857)
Depósitos Interfinanceiros	(1.033)	(620)	(1.653)	(957)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(543.563)	(467.718)	(1.011.281)	(1.046.605)
Depósitos judiciais	(271.083)	(231.044)	(502.127)	(556.115)
Depósitos especiais e de fundos e programas (f.1)	(268.460)	(264.828)	(533.288)	(614.087)
Outras captações	(164.749)	(132.356)	(297.106)	(151.279)
<b>Total</b>	<b>(3.042.933)</b>	<b>(2.737.968)</b>	<b>(5.780.902)</b>	<b>(5.627.900)</b>

### (d) Captações no mercado aberto

As captações no mercado aberto no montante de R\$ 68.592.786 (2009 - R\$ 62.016.189), estão garantidas por títulos do Governo Federal e têm suas operações realizadas no curto prazo.

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
<b>Carteira Própria</b>	<b>36.295.758</b>	<b>27.884.190</b>	<b>25.840.806</b>
Letras Financeiras do Tesouro	6.442.166	5.947.183	22.393.531
Letras do Tesouro Nacional	10.287.183	8.983.403	2.454.608
Notas do Tesouro Nacional	19.566.409	12.953.604	992.667
<b>Carteira de Terceiros</b>	<b>31.457.623</b>	<b>38.400.349</b>	<b>36.175.383</b>
Letras Financeiras do Tesouro	21.764.370	12.074.681	2.323.405
Letras do Tesouro Nacional	9.693.253	7.221.649	14.646.203
Notas do Tesouro Nacional	-	19.104.019	19.205.775
<b>Total</b>	<b>67.753.381</b>	<b>66.284.539</b>	<b>62.016.189</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>67.753.381</b>	<b>66.284.539</b>	<b>62.016.189</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### (e) Despesas de Captações no mercado aberto

Descrição	2010			2009
	2º Trimestre	1º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre
Carteira Própria	(629.108)	(553.944)	(1.183.051)	(1.295.376)
Carteira de Terceiros	(812.496)	(867.814)	(1.680.310)	(1.962.204)
<b>Total</b>	<b>(1.441.604)</b>	<b>(1.421.758)</b>	<b>(2.863.361)</b>	<b>(3.257.580)</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (f) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas. A seguir, descrevemos os quadros de composição e de remuneração dos depósitos especiais e de fundos e programas (f.1):

Descrição	2010				2009	
	30 de junho	%	31 de março	%	30 de junho	%
Depósitos - FGTS	5.169.907	42,78	5.641.726	44,79	4.384.572	40,80
Depósitos - Especiais com remuneração	1.583.997	13,11	1.483.492	11,78	1.400.966	13,04
Depósitos - FAT (f.2)	3.413.508	28,25	3.622.066	28,76	3.812.776	35,48
Depósitos - FISANE	6.725	0,06	6.620	0,05	6.321	0,06
Depósitos - PRODEC	40.083	0,33	39.619	0,31	37.766	0,35
Depósitos - PIS	124.571	1,03	280.724	2,23	138.642	1,29
Depósitos - FIEL	56.111	0,46	54.846	0,44	52.575	0,49
Depósitos - FGS	38.714	0,32	71.621	0,57	84.157	0,78
Depósitos - FAR	379.859	3,14	351.777	2,79	189.997	1,77
Depósitos - FDS	393.773	3,26	352.555	2,80	67.581	0,63
Depósitos - Profrota pesqueira	47.828	0,40	46.788	0,37	43.957	0,41
Depósitos - FAS	2.313	0,02	1.163	0,01	2.367	0,02
Depósitos - PREVHAB	387.360	3,21	379.313	3,01	357.763	3,33
Saúde CAIXA	107.581	0,89	102.058	0,81	69.833	0,65
Outros	331.819	2,75	161.760	1,28	98.224	0,91
<b>Total</b>	<b>12.084.147</b>	<b>100,00</b>	<b>12.596.128</b>	<b>100,00</b>	<b>10.747.497</b>	<b>100,00</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>12.084.147</b>	<b>100,00</b>	<b>12.596.128</b>	<b>100,00</b>	<b>10.747.497</b>	<b>100,00</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### (f.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	2010			2009
		2º trimestre	1º trimestre	1º Semestre	1º Semestre
Depósitos - FGTS	Selic	(143.918)	(127.078)	(270.996)	(269.879)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(51.211)	(75.445)	(126.656)	(129.307)
Depósitos - FISANE	TR	(104)	(101)	(205)	(189)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(686)	(631)	(1.317)	(1.174)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(19.581)	(14.360)	(33.941)	(50.620)
Depósitos - FIEL	TRPRE + Juros 0,50% a.m.	(1.212)	(544)	(1.756)	(1.817)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/Extra mercado	(866)	(2.176)	(3.042)	(6.278)
Depósitos - FAR	selic	(9.018)	(6.481)	(15.499)	(10.542)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	-	-	-	(8.479)
Depósitos - Profrota pesqueira	Selic fator dia	-	-	-	(2.237)
Depósitos - FAS	TR	(6)	-	(6)	(49)
Depósitos - PREVHAB	selic	(9.386)	(8.402)	(17.788)	(111.217)
Depósitos - Caução	TR	(6.551)	(6.130)	(12.681)	-
Outros	-	(25.923)	(23.478)	(49.401)	(22.299)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(268.462)</b>	<b>(264.826)</b>	<b>(533.288)</b>	<b>(614.087)</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(f.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT**

Descrição	Resolução/ TADÉ	Devolução de Recursos do FAT (1)			2010						2009		
		Forma	Data	Data Final	30 de junho			31 de março			30 de junho		
					Disponível	Aplicado	TOTAL	Disponível	Aplicado	TOTAL	Disponível	Aplicado	TOTAL
<b>Programas</b>					<b>95.058</b>	<b>3.135.439</b>	<b>3.230.497</b>	<b>93.064</b>	<b>3.275.181</b>	<b>3.368.245</b>	<b>259.324</b>	<b>3.238.218</b>	<b>3.497.542</b>
<b>Proger urbano</b>				-	<b>87.408</b>	<b>2.236.799</b>	<b>2.324.207</b>	<b>82.302</b>	<b>2.355.477</b>	<b>2.437.779</b>	<b>234.892</b>	<b>2.191.022</b>	<b>2.425.914</b>
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	81.831	2.217.122	2.298.953	76.165	2.331.961	2.408.126	225.650	2.150.700	2.376.350
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	3.278	10.677	13.955	3.280	13.106	16.386	6.897	20.838	27.735
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	50	50	-	53	53	-	656	656
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	2.299	8.950	11.249	2.857	10.357	13.214	2.409	18.828	21.237
<b>FAT - habitação</b>	mai/07	SD	09/11/2007	-	3.286	70.456	73.742	3.463	78.521	81.984	19.679	171.729	191.408
<b>FAT infra estrutura</b>				-	3.407	809.883	813.290	3.009	823.090	826.099	1.486	864.098	865.584
Infra estrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	3.407	809.883	813.290	3.009	823.090	826.099	1.486	864.098	865.584
<b>FAT - PNMPO</b>				-	957	18.301	19.258	4.290	18.093	22.383	3.203	11.369	14.572
FAT - microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	957	18.301	19.258	4.290	18.093	22.383	3.203	11.369	14.572
<b>Linhas de crédito especiais</b>					9.349	173.662	183.011	73.644	180.177	253.821	82.444	232.790	315.234
<b>FAT - inclusão digital</b>	dez/05	RA	10/10/2005	07/01/2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>FAT - vila panamericana</b>	jan/05	SD	09/12/2005	-	-	111.572	111.572	65	109.962	110.027	-	147.062	-
<b>FAT - material de construção</b>	mar/06	RA	10/02/2006	-	4.801	1.963	6.764	19.786	5.803	25.589	7.720	51.618	59.338
<b>FAT - giro setorial</b>				-	4.548	60.127	64.675	3.419	64.404	67.823	74.724	34.110	108.834
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	2.117	37.735	39.852	1.560	40.240	41.800	53.892	22.333	76.225
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	2.431	22.392	24.823	1.859	24.164	26.023	20.832	11.777	32.609
<b>FAT - moto-frete</b>	01/	RA	10/03/2010	13/04/2010	-	-	-	50.374	8	50.382	-	-	-
<b>Total</b>					<b>104.407</b>	<b>3.309.101</b>	<b>3.413.508</b>	<b>166.708</b>	<b>3.455.358</b>	<b>3.622.066</b>	<b>341.768</b>	<b>3.471.008</b>	<b>3.812.776</b>

(1) RA - Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD - Saldo Disponível.

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro acima.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis, são remunerados, pro rata die, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros a Longo Prazo durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pela Resolução CODEFAT n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

### **Nota - 17** Recursos de letras hipotecárias e de letras de crédito imobiliário

Papel	Indexador	2010				30 de junho	31 de março	2009 30 de junho
		Prazo mínimo de resgate						
		3 meses	12 meses	3 anos	5 anos			
LH	IGP-M	-	11.307	-	452.033	463.340	462.293	440.696
LH	INPC	-	-	-	9.887	9.887	9.490	9.413
LH	TR	-	-	-	37.900	37.900	40.043	67.841
LCI	IGP-M	-	29.753	7.699	6.900	44.352	43.132	42.195
LCI	INPC	-	-	34.222	-	34.222	33.719	32.571
LCI	TR	45.202	2.742.800	2.454.893	-	5.242.895	3.108.915	651.422
<b>Total</b>		<b>45.202</b>	<b>2.783.860</b>	<b>2.496.814</b>	<b>506.720</b>	<b>5.832.596</b>	<b>3.697.592</b>	<b>1.244.138</b>
<b>Passivo circulante</b>						<b>2.829.062</b>	<b>2.238.890</b>	<b>730.378</b>
<b>Passivo não circulante</b>						<b>3.003.534</b>	<b>1.458.702</b>	<b>513.760</b>

### **Nota - 18** Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 3,00% ao ano e a variação cambial da moeda a que estão vinculados. Substancialmente, nossas operações estão atreladas a dólares norte-americanos, com vencimentos até 2013, cujo saldo em 30 de junho de 2010, monta a R\$ 8.214 (2009 - R\$ 12.455).

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### **Nota - 19** Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

Compostas, principalmente por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infra-estrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitas à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
FGTS	44.792.180	40.857.611	31.345.097
BNDES	3.766.942	2.822.917	2.130.178
Tesouro Nacional - PIS	566.151	399.851	525.215
Outras instituições	218.459	216.722	213.156
<b>Total</b>	<b>49.343.732</b>	<b>44.297.102</b>	<b>34.213.646</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>590.896</b>	<b>433.163</b>	<b>-</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>48.752.836</b>	<b>43.863.939</b>	<b>34.213.646</b>

#### (a) Despesas com obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

Descrição	2010			2009
	2º Trimestre	1º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre
FGTS	(796.806)	(726.949)	(1.523.755)	(1.255.744)
BNDES	(49.297)	(61.936)	(111.233)	(31.705)
Tesouro Nacional - PIS	(7.252)	(7.519)	(14.771)	(17.220)
Outras instituições	(13.248)	(18.403)	(31.651)	(50.290)
<b>Total</b>	<b>(866.603)</b>	<b>(814.807)</b>	<b>(1.681.410)</b>	<b>(1.354.959)</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**Nota - 20** Outras obrigações

**(a) Fiscais e previdenciárias**

Descrição	2010				2009	
	30 de junho	%	31 de março	%	30 de junho	%
<b>Impostos e contribuições sobre lucros a pagar</b>	<b>89.277</b>	<b>7,03</b>	<b>113.562</b>	<b>8,83</b>	<b>166.181</b>	<b>8,3</b>
Imposto de Renda	4.973	0,39	13.579	0,9	54.464	2,72
Contribuição Social	1.794	0,14	6.606	0,46	24.123	1,2
COFINS	71.073	5,6	80.431	6,43	75.505	3,77
PASEP	11.437	0,9	12.946	1,04	12.089	0,6
<b>Impostos e contribuições a recolher</b>	<b>357.670</b>	<b>28,16</b>	<b>342.714</b>	<b>27,4</b>	<b>307.889</b>	<b>15,36</b>
Sobre salários	240.072	18,9	215.770	17,3	190.817	9,52
Sobre serviços	117.598	9,26	126.944	10,1	117.072	5,84
<b>Impostos e contribuições diferidos</b>	<b>268.801</b>	<b>21,16</b>	<b>263.939</b>	<b>21,1</b>	<b>397.109</b>	<b>19,82</b>
IR sobre reserva de reavaliação - Edificações	129.703	10,21	131.278	10,5	137.126	6,85
CS sobre reserva de reavaliação - Edificações	77.822	6,13	78.767	6,3	82.275	4,11
IR sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	11.402	0,9	16.288	1,3	4.378	0,22
CS sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	6.841	0,54	9.773	0,78	2.627	0,13
IR sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos para negociação	-	-	1.790	0,14	85.936	4,29
CS sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos para negociação	-	-	1.073	0,09	51.561	2,57
Contratos futuros	16.444	1,29	-	-	776	0,04
PASEP	26.589	2,09	24.970	2	32.430	1,62
<b>Provisão para riscos fiscais (Nota nº 32 (a))</b>	<b>554.406</b>	<b>43,65</b>	<b>533.261</b>	<b>42,7</b>	<b>1.132.070</b>	<b>56,52</b>
PASEP	-	-	-	-	691.919	34,54
INSS	262.649	20,68	256.088	20,5	207.812	10,37
ISS	145.860	11,48	134.480	10,8	93.625	4,67
IRPJ/CSLL	119.776	9,43	118.060	9,44	113.200	5,65
Outros	26.121	2,06	24.633	1,97	25.514	1,27
<b>Total</b>	<b>1.270.154</b>	<b>100,00</b>	<b>1.253.046</b>	<b>100,00</b>	<b>2.003.249</b>	<b>100,00</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>1.062.630</b>	<b>83,66</b>	<b>1.036.875</b>	<b>83,2</b>	<b>1.783.848</b>	<b>89,05</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>207.524</b>	<b>16,34</b>	<b>210.045</b>	<b>16,8</b>	<b>219.401</b>	<b>10,95</b>

**(b) Recursos para destinação específica**

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela Instituição e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela Instituição.

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	2010				2009	
	30 de junho	%	31 de março	%	30 de junho	%
<b>Obrigações de operações com loterias</b>	<b>351.700</b>	<b>9,34</b>	<b>414.859</b>	<b>10,75</b>	<b>430.904</b>	<b>11,86</b>
<b>Obrigações por fundos e programas sociais</b>	<b>2.639.157</b>	<b>70</b>	<b>2.387.034</b>	<b>61,83</b>	<b>2.071.024</b>	<b>57,01</b>
FGTS	1.874.417	49,8	1.687.259	43,70	1.369.688	37,7
Minha Casa Minha Vida	60.009	1,59	78.547	2,03	-	-
FIES	15.177	0,4	17.519	0,45	23.916	0,66
Bolsa Família	200.106	5,29	93.499	2,42	212.648	5,85
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	376.200	9,96	362.358	9,39	323.147	8,9
PRONASCI	12.656	0,34	28.012	0,73	22.535	0,62
PRODEC	18.907	0,5	18.600	0,48	18.378	0,51
Outros fundos e programas	81.685	2,17	101.240	2,62	100.712	2,77
<b>Obrigações por fundos financeiros de desenvolvimento</b>	<b>777.377</b>	<b>20,6</b>	<b>1.058.771</b>	<b>27,42</b>	<b>1.130.894</b>	<b>31,13</b>
PIS	710.851	18,9	717.433	18,58	1.020.726	28,1
FAT	65.204	1,73	339.997	8,81	108.824	3
Outros	1.322	0,04	1.341	0,03	1.344	0,04
<b>Total</b>	<b>3.768.234</b>	<b>100,00</b>	<b>3.860.664</b>	<b>100,00</b>	<b>3.632.822</b>	<b>100,00</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>3.768.234</b>	<b>100,00</b>	<b>3.860.664</b>	<b>100,00</b>	<b>3.632.822</b>	<b>100,00</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### (c) Diversas

Descrição	2010				2009	
	30 de junho	%	31 de março	%	30 de junho	%
Obrigações por contribuições ao SFH	113.574	0,52	113.222	0,6	112.152	0,62
Obrigações por convênios oficiais	241.239	1,1	234.760	1,2	268.089	1,48
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	61.421	0,28	52.104	0,3	-	-
Provisão para pagamentos a efetuar (c.1)	7.528.542	34,3	7.317.988	37	6.924.459	38,19
Provisão para passivos contingentes (c.2)	6.520.235	29,7	6.657.546	32	5.693.223	29,86
Recursos vinculados a operações de crédito	225.277	1,03	173.511	0,9	88.578	0,49
Recursos do FGTS para amortizações	75.197	0,34	60.566	0,3	34.655	0,19
Credores por recursos a liberar	2.111.563	9,61	-	-	-	-
Credores diversos - Exterior	5	-	59	0	5	0
Credores diversos - País (c.3)	5.096.196	23,2	5.340.073	26	5.011.514	27,64
<b>Total</b>	<b>21.973.249</b>	<b>100,00</b>	<b>19.949.829</b>	<b>100,00</b>	<b>18.132.675</b>	<b>100,00</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>21.973.249</b>	<b>-</b>	<b>19.949.829</b>	<b>-</b>	<b>18.132.675</b>	<b>-</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (c.1) Provisão para pagamentos a efetuar

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
<b>Despesas de pessoal</b>	<b>1.478.923</b>	<b>1.347.123</b>	<b>1.364.010</b>
<b>Benefícios pós-emprego - NPC 26 (Nota nº 34(g))</b>	<b>5.667.646</b>	<b>5.624.649</b>	<b>5.264.739</b>
SAÚDE CAIXA	4.974.304	4.873.719	4.500.718
Auxílio e cesta alimentação	650.181	708.110	720.245
PREVHAB	43.161	42.820	43.776
<b>Outros pagamentos</b>	<b>381.973</b>	<b>346.216</b>	<b>295.645</b>
<b>Total</b>	<b>7.528.542</b>	<b>7.317.988</b>	<b>6.924.394</b>

### (c.2) Provisão para passivos contingentes

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
<b>Provisão para contingências (Nota nº 32)</b>	<b>6.520.235</b>	<b>6.657.546</b>	<b>5.693.223</b>
Trabalhistas	2.721.655	2.590.753	2.068.558
Ações judiciais cíveis	3.166.937	3.325.419	3.180.034
Outras	631.643	741.374	444.631

### (c.3) Credores diversos – País

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
Cartões de crédito	2.107.368	2.005.043	1.672.157
Contas a pagar	416.002	391.911	393.508
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)	304.599	306.024	314.645
Créditos adquiridos	409.875	407.780	391.021
Valores a apropriar (Nota nº 09(c.3))	706.788	909.700	1.089.689
Outros credores diversos	1.151.564	1.092.037	1.150.494
<b>Total</b>	<b>5.096.196</b>	<b>5.112.495</b>	<b>5.011.514</b>

## **Nota - 21** Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Conforme o Decreto nº 6.473 de 05 de junho de 2008, que aprovou o Estatuto da CAIXA, em seu art. 6º, foi instituído o valor de Capital Autorizado no montante de R\$ 13.562.443 e em seu art. 7º foi aprovado o Capital Social no montante de R\$ 9.292.000, exclusivamente integralizado pela União Federal.

Em consonância com o artº 7 do seu Estatuto, a CAIXA, solicitou ao Ministério da Fazenda a autorização para o aumento de capital no montante de R\$ 2.384.683, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da CAIXA em 11 de fevereiro de 2010.

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução do CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basiléia)

Conforme determinações da Resolução do CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 17,08% (Nota 35 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

### (c) Reservas de capital e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva para incorporação ao capital proveniente dos resultados com a administração das loterias e reserva de margem operacional.

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>495.672</b>	<b>499.837</b>	<b>534.399</b>
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>1.131.104</b>	<b>924.634</b>	<b>3.043.845</b>
Reserva legal	1.002.060	924.634	826.568
Reservas estatutárias	-	-	2.217.277
Reservas de loterias	129.044	-	286.216
Reservas de margem operacional	-	-	1.931.061

### (d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Decreto nº 2.673/98, de no mínimo, 25%. No semestre findo em 30 de junho de 2010 foram provisionados dividendos correspondentes a 25,78% do lucro líquido ajustado no montante de R\$ R\$ 378.024 (2009 – R\$ 380.314). O valor provisionado para o 1º semestre de 2010 é referente a juros sobre o capital próprio, calculados sobre o patrimônio líquido, limitados à variação *pro rata* dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que reduziu a despesa de imposto de renda e contribuição social em, aproximadamente, R\$ 151.209 (2009 – R\$ 152.126). Em 30 de abril de 2010 foi repassado ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 500.000 como antecipação de dividendos.

Descrição	2010	2009
<b>Lucro líquido</b>	<b>1.667.684</b>	<b>1.157.522</b>
Ajustes de exercícios anteriores	-	-
Reserva legal	(83.384)	(57.876)
Realização de reserva	11.163	14.415
Reserva de loterias	(129.043)	(111.492)
<b>Base para cálculo dos dividendos</b>	<b>1.466.420</b>	<b>1.002.569</b>
<b>Dividendos propostos</b>	<b>378.024</b>	<b>380.314</b>
Juros sobre o capital próprio	378.024	380.314
Dividendos	-	-

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### **Nota - 22** Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

#### (a) Créditos tributários

A rubrica "Créditos tributários" possui como valores relevantes:

- Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº. 2.158-35/2001;
- Créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25% e;
- Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%;
- Créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

O crédito tributário constituído é de R\$ 9.741.065 (2009 - R\$ 9.173.071) para o IRPJ e de R\$ 5.087.730 (2009 - R\$ 4.716.683) para a CSLL, R\$ 574 PASEP e R\$ 3.535 para COFINS, totalizando o montante de R\$ 14.832.905 (2009 - R\$ 13.901.909), com provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 5.382.663 (2009 - R\$ 5.301.609), resultando em um total de créditos tributários líquidos de provisão de R\$ 9.450.241 (2009 - R\$ 8.600.300).

A CAIXA realizou estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos e, com base nos resultados obtidos, determinou-se a constituição de provisão para o crédito de Prejuízo Fiscal no montante de R\$ 9.002 e constituição de créditos de diferenças temporárias no montante de R\$ 456.122, sendo R\$ 452.013 equivalentes a IRPJ e CSLL, e R\$ 4.109 correspondentes a PASEP e COFINS.

#### Valor contábil

ANO de realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa 15%	Crédito à 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2010 / 2º SEM	24.477	14.686	10.280	1.339.173	1.388.616
2011	89.545	53.727	37.609	1.904.095	2.084.977
2012	103.541	62.125	43.487	1.824.065	2.033.219
2013	52.839	31.703	22.192	837.598	944.332
2014	51.614	30.968	21.678	237.955	342.215
2015	89.708	53.825	37.678	232.061	413.272
2016 a 2020	1.326.753	164.493	248.862	499.385	2.239.493
<b>TOTAL</b>	<b>1.738.478</b>	<b>411.527</b>	<b>421.787</b>	<b>6.874.332</b>	<b>9.446.124</b>

#### Valor presente

ANO de realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa 15%	Crédito à 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2010 / 2º SEM	22.983	13.790	9.653	1.257.440	1.303.865
2011	78.800	47.280	33.096	1.675.617	1.834.793
2012	85.556	51.333	35.933	1.507.220	1.680.043
2013	40.996	24.598	17.218	649.863	732.676
2014	37.672	22.603	15.822	173.680	249.777
2015	61.712	37.027	25.919	159.640	284.298
2016 a 2020	744.008	106.753	149.464	308.443	1.308.668
<b>TOTAL</b>	<b>1.071.727</b>	<b>303.384</b>	<b>287.106</b>	<b>5.731.903</b>	<b>7.394.120</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

No decorrer do 1º semestre de 2010 observou-se a realização de créditos tributários no montante de R\$ 52.130.

### (b) Origem dos créditos tributários

Descrição	2010				2009	
	30 de junho		31 de março		30 de junho	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.852.774	1.565.252	2.648.519	1.444.568	2.317.441	1.204.287
Provisão SFH	751.190	450.714	804.833	482.900	798.326	478.996
Provisão para contingências	1.625.684	975.411	1.669.774	1.001.864	1.607.736	964.642
Outros	889.435	447.084	827.127	407.095	835.898	413.158
Provisão SAÚDE CAIXA - NPC 26	1.243.576	746.146	1.218.430	731.058	1.125.179	675.108
Ajuste a Valor de Mercado	116.350	69.810	131.657	78.994	203.424	122.054
<b>Subtotal das diferenças temporárias</b>	<b>7.479.009</b>	<b>4.254.416</b>	<b>7.300.340</b>	<b>4.146.479</b>	<b>6.888.005</b>	<b>3.858.244</b>
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	-	2.973.570	-
Baixas até o período	(711.513)	-	(707.444)	-	(688.504)	-
Base negativa até 2000	-	701.139	-	701.139	-	701.139
Baixas até o período	-	(289.612)	-	(286.479)	-	(274.833)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	-	624.515	-	624.515
Baixas até o período	-	(202.728)	-	(200.536)	-	(192.383)
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>9.741.065</b>	<b>5.087.730</b>	<b>9.566.466</b>	<b>4.985.118</b>	<b>9.173.071</b>	<b>4.716.683</b>

	PASEP	COFINS	PASEP	COFINS	PASEP	COFINS
Ajustes Negativos de operações em mercados futuros	574	3.535	17	105	1.699	10.456
<b>Total dos créditos tributários PASEP / COFINS</b>	<b>574</b>	<b>3.535</b>	<b>17</b>	<b>105</b>	<b>1.699</b>	<b>10.456</b>

### (c) Movimentação do crédito tributário

Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
<b>Saldo em 31.12.2009</b>	<b>14.259.614</b>	<b>(5.222.371)</b>	<b>9.037.243</b>
Constituição no Período	461.019	-	461.019
Reversão de Provisão	160.292	(160.292)	-
Constituição PASEP/COFINS	4.109	-	4.109
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(24.977)	-	(24.977)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(15.972)	-	(15.972)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(11.181)	-	(11.181)
<b>Saldo em 30.06.2010</b>	<b>14.832.904</b>	<b>(5.382.663)</b>	<b>9.450.241</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	2010				2009	
	30 de junho		31 de março		30 de junho	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado Antes dos Tributos e Participações</b>	<b>1.542.755</b>	<b>1.542.755</b>	<b>727.112</b>	<b>727.112</b>	<b>1.141.053</b>	<b>1.141.053</b>
Ajuste de tributos diferidos			12.346	12.346	25.019	25.019
<b>Resultado após ajustes</b>	<b>1.542.755</b>	<b>1.542.755</b>	<b>739.458</b>	<b>739.458</b>	<b>1.166.072</b>	<b>1.166.072</b>
<b>Encargo total do IRPJ (25%) E CSLL (15%)</b>	<b>(385.689)</b>	<b>(231.413)</b>	<b>(184.859)</b>	<b>(110.919)</b>	<b>(291.506)</b>	<b>(174.911)</b>
Efeitos tributários das adições e exclusões	102.279	58.078	28.585	16.165	15.706	7.886
Juros sobre o capital próprio	94.506	56.704	47.242	28.345	95.079	57.047
Participações dos empregados nos lucros	50.299	30.179	12.913	7.748	23.770	14.262
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	24.977	27.153	20.908	21.828	47.089	48.815
Incentivo Fiscal	5.012	-	3.003	-	4.453	-
Reserva de Reavaliação	4.651	2.791	2.980	1.788	6.006	3.603
Participações em coligadas e controladas	50.364	30.219	24.061	14.437	-	-
Outros	25	1.198	7	571	-	-
<b>Despesa corrente</b>	<b>(53.576)</b>	<b>(25.092)</b>	<b>(45.160)</b>	<b>(20.037)</b>	<b>(99.403)</b>	<b>(43.298)</b>
<b>Despesa diferida/Marcação a mercado</b>	<b>(2.561)</b>	<b>(1.535)</b>	<b>5.927</b>	<b>3.557</b>	<b>(70.784)</b>	<b>(42.470)</b>
<b>Despesa total</b>	<b>(56.137)</b>	<b>(26.627)</b>	<b>(39.233)</b>	<b>(16.480)</b>	<b>(170.187)</b>	<b>(85.768)</b>

### Nota - 23 Receitas de intermediação financeira

	2010			2009
	2º Trimestre	1º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre
Operações compromissadas	830.685	1.089.840	1.920.525	2.452.232
Empréstimos e financiamentos com clientes	4.633.198	4.181.921	8.815.120	6.722.208
Ativos financeiros disponíveis para venda	47.320	67.547	114.867	106.567
Instrumentos financeiros derivativos	(418)	(42.106)	(42.524)	(387.391)
Ativos financeiros mantidos para negociação	681.001	691.180	1.372.181	2.165.368
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.992.355	2.255.799	4.248.154	4.978.853
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	753.172	364.909	1.118.081	662.461
Juros de ativos financeiros – FCVS	417.775	407.788	825.563	880.713
Resultado com câmbio	700	811	1.511	-
Outras	7.462	6.785	14.247	123.114
<b>Total</b>	<b>9.363.250</b>	<b>9.024.474</b>	<b>18.387.724</b>	<b>17.704.123</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### Nota - 24 Despesas de intermediação financeira

Descrição	2010			2009
	2º trimestre	1º trimestre	1º semestre	1º semestre
Operações com instituições financeiras	(1.033)	(621)	(1.654)	(958)
Outros depósitos especiais e fundos e programas	(268.460)	(264.828)	(533.288)	(614.087)
Operações compromissadas	(1.441.603)	(1.421.758)	(2.863.361)	(3.257.581)
Empréstimos, cessões e repasses	(866.604)	(814.806)	(1.681.410)	(1.354.959)
Operações com clientes	(2.773.440)	(2.472.520)	(5.245.960)	(5.012.855)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(1.749.817)	(757.205)	(2.507.022)	(1.898.987)
Reversões de provisões para créditos de liquidação duvidosa	537.063	38.322	575.385	351.355
Resultado da câmbio	-	-	-	(2.449)
<b>Total</b>	<b>(6.563.894)</b>	<b>(5.693.416)</b>	<b>(12.257.310)</b>	<b>(11.790.521)</b>

### Nota - 25 Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

Descrição	2010			2009
	2º Trimestre	1º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre
Administração do FGTS	603.063	587.850	1.190.913	1.052.141
Administração do FCVS	20.325	33.242	53.567	44.420
Administração do PIS	8.795	8.906	17.701	18.135
Administração das loterias	188.250	184.633	372.883	318.522
Administração do FIES	23.987	23.730	47.717	52.885
Administração FAR	-	-	-	36.438
Seguro-Desemprego	13.692	13.459	27.151	29.672
Orçamento Geral da União (OGU)	17.399	30.179	47.578	19.281
Bolsa Família	58.854	63.617	122.471	117.422
INSS – Tarifas de arrecadação e pagamento	14.916	12.354	27.270	25.663
Administração de fundos de investimento	319.981	236.947	556.928	478.286
Tarifas de convênios	300.766	296.164	596.930	545.008
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	23.045	21.695	44.740	57.152
TAC	94.978	86.166	181.144	161.043
Cartão de crédito	136.409	131.327	267.736	92.652
Cobrança de títulos	106.486	100.549	207.035	176.106
EMGEA – Administração de Contratos	61.292	62.376	123.668	135.493
Taxa de risco – Agente financeiro	51.681	48.611	100.292	71.433
CCFGTS	48824	72.275	121.099	36.929
Carta de Crédito FGTS - Programa Minha Casa Minha Vida	29913	17.804	47.717	-
CONSTRUCARD CAIXA	18340	16.063	34.403	25.072
Outros serviços	159.247	156.551	315.798	159.857
<b>Subtotal</b>	<b>2.300.243</b>	<b>2.204.498</b>	<b>4.504.741</b>	<b>3.653.610</b>
<b>Rendas de tarifas bancárias</b>	<b>230.678</b>	<b>219.321</b>	<b>449.999</b>	<b>352.813</b>
Pessoa Física	192.769	181.847	374.616	287.782
Pessoa Jurídica	37.909	37.474	75.383	65.031
<b>Total de prestação de serviços e tarifas bancárias</b>	<b>2.530.921</b>	<b>2.423.819</b>	<b>4.954.740</b>	<b>4.006.423</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### Nota - 26 Despesas com pessoal

Descrição	2010			2009
	2º trimestre	1º trimestre	1º semestre	1º semestre
<b>Despesas com pessoal</b>				
<b>Proventos</b>	<b>(1.475.089)</b>	<b>(1.491.062)</b>	<b>(2.966.151)</b>	<b>(2.758.726)</b>
Salários e proventos	(1.368.761)	(1.385.146)	(2.753.907)	(2.530.045)
Indenizações trabalhistas	(106.328)	(105.916)	(212.244)	(228.681)
<b>Benefícios</b>	<b>(268.947)</b>	<b>(262.472)</b>	<b>(531.419)</b>	<b>(548.366)</b>
<b>Encargos sociais:</b>	<b>(539.206)</b>	<b>(549.482)</b>	<b>(1.088.688)</b>	<b>(963.256)</b>
FGTS	(102.644)	(105.375)	(208.019)	(190.688)
Previdência social	(319.595)	(325.671)	(645.266)	(611.948)
Previdência complementar	(86.450)	(87.351)	(173.801)	(158.579)
Outros	(30.517)	(31.085)	(61.602)	-
<b>Outros</b>	<b>(37.425)</b>	<b>(31.228)</b>	<b>(68.653)</b>	<b>(73.753)</b>
<b>Total</b>	<b>(2.320.667)</b>	<b>(2.334.244)</b>	<b>(4.654.911)</b>	<b>(4.343.601)</b>

### Nota - 27 Despesas administrativas

Descrição	2010			2009
	2º trimestre	1º trimestre	1º semestre	1º semestre
<b>Despesas administrativas</b>				
Comunicações	(99.194)	(85.152)	(184.346)	(220.567)
Manutenção e conservação de bens	(149.460)	(129.475)	(278.935)	(235.160)
Água e energia	(61.960)	(52.392)	(114.352)	(99.728)
Aluguéis e arrendamento de bens	(155.127)	(163.748)	(318.875)	(302.585)
Despesas de material	(27.146)	(24.559)	(51.705)	(50.426)
Processamento de dados	(216.958)	(176.903)	(393.861)	(373.555)
Promoções e relações públicas	(32.854)	(32.840)	(65.694)	(53.416)
Propaganda e publicidade	(99.474)	(68.168)	(167.642)	(140.970)
Serviços do sistema financeiro	(60.109)	(56.282)	(116.391)	(102.312)
Serviços de terceiros	(174.561)	(159.545)	(334.106)	(283.628)
Serviços especializados	(81.512)	(66.190)	(147.702)	(108.295)
Serviços de vigilância e segurança	(122.238)	(113.671)	(235.909)	(195.562)
Depreciação e amortização	(168.668)	(163.566)	(332.234)	(249.858)
Outras administrativas	(68.294)	(50.540)	(118.834)	(122.048)
<b>Total</b>	<b>(1.517.555)</b>	<b>(1.343.031)</b>	<b>(2.860.586)</b>	<b>(2.538.110)</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### Nota - 28 Composição das contas “outras receitas operacionais”

Descrição	2010			2009
	2º Trimestre	1º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Comissões e taxas sobre operações	741.044	556.250	1.297.294	705.889
Recuperação de despesas	196.477	175.314	371.791	294.367
Reversão de outras provisões operacionais	363.117	103.136	466.253	509.086
Rendas de outros créditos	146	637	783	5.935
Receitas de cartões de crédito	37.719	32.156	69.875	177.408
Receitas de dividendos	810	8.300	9.110	10.809
Atualização de depósitos em garantia	41.711	32.884	74.595	75.654
Receitas de títulos de renda variável no exterior	-	-	-	32.278
Outras receitas operacionais	55.033	60.160	115.198	108.008
<b>Total</b>	<b>1.436.057</b>	<b>968.837</b>	<b>2.404.899</b>	<b>1.919.434</b>

### Nota - 29 Composição das contas “outras despesas operacionais”

Descrição	2010			2009
	2º trimestre	1º trimestre	1º semestre	1º semestre
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Despesas com Reservas Atuariais FUNCEF/PREVHAB	-	-	-	(2.863)
Despesas de contribuição ao SFH	(245)	(257)	(502)	-
Despesas com FCVS a receber - Provisão/Perdas	(137.031)	(68.527)	(205.558)	(418.621)
Despesas sobre obrig com fundos e programas	(132.345)	(11.556)	(143.901)	(62.993)
Provisão para contingências	(108.567)	(405.255)	(513.822)	(596.916)
EMGEA/UNIÃO	(7.908)	(7.801)	(15.709)	(42.668)
Despesas com revendedor lotérico	(38.096)	(51.716)	(89.812)	(85.316)
Despesas com cartão	(161.755)	(118.597)	(280.352)	(211.494)
Despesas de serviços automatizados	(26.484)	(23.181)	(49.665)	(67.168)
Descontos de operações de crédito	(4.609)	(10.169)	(14.778)	(48.532)
Correspondente não bancário	(239.641)	(225.592)	(465.233)	(340.232)
Instrumento híbrido de capital e dívida - AM	(357.597)	(399.490)	(757.087)	(312.563)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(59.291)	(144.269)	(203.560)	(216.488)
Benefícios sociais	(15.020)	(20.877)	(35.897)	(35.747)
Fundo de investimento do FGTS	(1.558)	(3.188)	(4.746)	(11.628)
Despesas com ágio na aquisição de carteiras comerciais	-	-	-	(9.377)
Despesas com alavancagem de negócios	(21.352)	(21.688)	(43.040)	(34.739)
Condenações judiciais	(152.087)	(142.675)	(294.762)	(222.056)
Despesas com créditos administrados por terceiros	(7.364)	(6.673)	(14.037)	(10.614)
Despesas c/ gestão financ c/ fundo de previdência	(39.814)	(37.386)	(77.200)	(63.264)
Benefício pós-emprego	(134.427)	(134.427)	(268.854)	(303.214)
Outras despesas operacionais	(193.131)	(185.535)	(378.666)	(207.281)
<b>Total</b>	<b>(1.838.322)</b>	<b>(2.018.859)</b>	<b>(3.857.181)</b>	<b>(3.303.774)</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**Nota - 30 Resultado não operacional**

Descrição	2010			2009
	2º Trimestre	1º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre
<b>Receitas não operacionais</b>	<b>101.037</b>	<b>83.738</b>	<b>184.775</b>	<b>152.176</b>
Lucro na alienação de valores e bens	38.211	26.107	64.318	58.814
Alienação de bens imóveis	53.593	49.050	102.643	79.205
Outras rendas não operacionais	9.233	8.581	17.814	14.157
<b>Despesas não Operacionais</b>	<b>(133.662)</b>	<b>(121.147)</b>	<b>(254.809)</b>	<b>(227.319)</b>
Desvalorização de outros valores e bens	(47.274)	(42.973)	(90.247)	(64.089)
Indenizações por perdas e danos	(12.432)	(15.191)	(27.623)	(32.656)
Perdas em Imóveis	(10.251)	(9.592)	(19.843)	-
Prejuízos na alienação de valores e bens	(3.088)	(2.387)	(5.475)	(43.709)
Outras despesas não operacionais	(60.617)	(51.004)	(111.621)	(86.865)
<b>Total</b>	<b>(32.625)</b>	<b>(37.409)</b>	<b>(70.034)</b>	<b>(75.143)</b>

**Nota - 31 Despesas tributárias**

Descrição	2010			2009
	2º trimestre	1º trimestre	1º semestre	1º semestre
Contribuição COFINS	(228.801)	(232.771)	(461.572)	(403.256)
PIS/PASEP	(37.180)	(37.825)	(75.005)	(65.529)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(72.679)	(58.017)	(130.696)	(98.548)
Despesas com IPTU	(4.139)	(30.778)	(34.917)	(31.098)
Outras	(3.884)	(6.055)	(9.939)	(11.096)
<b>Total</b>	<b>(346.683)</b>	<b>(365.446)</b>	<b>(712.129)</b>	<b>(609.527)</b>

**Nota - 32 Passivos contingentes**

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(a) Os passivos contingentes estão assim apresentados:**

**(i) Movimentação dos saldos de provisão**

Descrição	2009		2010		
	30 de junho	31 de dezembro	Adições	Reversões/ Baixas	30 de junho
<b>Fiscais</b>	<b>1.132.070</b>	<b>489.826</b>	<b>74.316</b>	<b>(9.736)</b>	<b>554.406</b>
- PASEP	691.919	-	-	-	-
- INSS	207.812	240.331	27.670	(5.352)	262.649
- ISS	93.625	109.926	36.224	(290)	146.002
- Outros	138.714	139.569	10.422	(4.094)	145.755
<b>Cíveis</b>	<b>3.180.034</b>	<b>3.173.779</b>	<b>673.485</b>	<b>(680.327)</b>	<b>3.166.937</b>
<b>Trabalhistas</b>	<b>2.068.558</b>	<b>2.426.990</b>	<b>525.063</b>	<b>(230.398)</b>	<b>2.721.655</b>
<b>Outras</b>	<b>444.631</b>	<b>709.676</b>	<b>101.598</b>	<b>(179.631)</b>	<b>631.643</b>
<b>Total</b>	<b>6.825.293</b>	<b>6.800.271</b>	<b>1.374.462</b>	<b>(1.100.092)</b>	<b>7.074.641</b>

A provisão para contingências fiscais está registrada na conta "Outras Obrigações - Fiscais e previdenciárias" (Nota 20(a)), e a provisão para as demais contingências na conta "Outras obrigações - Diversas" (Nota 20(c.2)).

**(ii) Composição dos depósitos judiciais:**

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
<b>Depósitos judiciais</b>	<b>4.152.842</b>	<b>4.046.349</b>	<b>3.541.826</b>
Fiscal	2.294.462	2.247.535	1.962.739
Trabalhista	1.166.793	1.107.383	1.062.341
Cível	691.587	691.431	516.746

**(iii) Composição por classificação de risco Provável**

Descrição	2010	2010	2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
	Montante/ Provisão	Montante/ Provisão	Montante/ Provisão
<b>Risco Provável</b>	<b>7.074.641</b>	<b>7.190.808</b>	<b>6.825.293</b>
Perdas e danos	1.173.246	1.263.088	1.417.706
Poupança	1.348.209	1.327.033	1.189.557
Loterias	40.207	39.560	80.371
Crédito imobiliário	199.923	290.729	119.425
Contingenciamento do FGTS	405.352	405.010	372.975
Trabalhista	2.721.655	2.590.753	2.068.558
Fiscais	554.406	533.261	1.132.070
Outras	631.643	741.374	444.631

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**(iv) Composição por classificação de risco Possível**

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não reconhecidos contabilmente:

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
Demandas Trabalhistas	42.780	42.309	117.847
Demandas Fiscais	4.295.659	4.267.603	9.733
Demandas Cíveis	1.143.562	1.265.527	1.154.374

**(b) Ações trabalhistas e cíveis**

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade e jurisprudência das Cortes Superiores.

As ações cíveis estão relacionadas com os seus produtos, operações e serviços, principalmente serviços bancários, cadastros restritivos, financiamento do crédito imobiliário, loterias, dentre outros.

De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais, mormente no tocante à taxa de juros e saldos devedores ou remanescentes das operações de crédito contratadas.

Quantitativamente sobressaem demandas que contestam os indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança, que se encontram provisionadas aos critérios descritos na norma vigente.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam pretensa reparação de danos decorrente do contingenciamento da liberação de recursos do FGTS ocorrido de acordo com as normas vigentes a época.

**(c) Ações fiscais**

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais quais, Imposto de Renda, Contribuição de Melhoria, Contribuições Previdenciárias, IOF, ITBI, IPTU, ISSQN, Taxas e Multas.

(i) A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993, nos valores de R\$ 667.691 de principal, R\$ 500.768 de multa e R\$ 2.827.989 de juros, os quais totalizam R\$ 3.996.448 a valores de 30 de junho de 2010 (2009 - R\$ 3.910.661, valor total), cuja provisão no valor de R\$ 694.388 foi revertida em setembro de 2009 tendo com base a classificação da ação como possível pelo Jurídico da CAIXA.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

O Segundo Conselho de Contribuintes, em sessão no dia 18 de outubro de 2006, por meio do Acórdão 202-17402, deu provimento parcial ao recurso voluntário da CAIXA. Em 03 de setembro de 2007 foi oposto Embargo de Declaração, o qual foi apreciado pelo Segundo Conselho de Contribuintes e encaminhado à DRF/BSB/DF em 14 de março de 2008.

A DRF/BSB/DF, por meio da intimação nº 345/2008, deu ciência à CAIXA dos novos valores do auto, tendo em vista redução do mesmo em decorrência do provimento das matérias julgadas e apresentadas por meio do Acórdão 202-17402, e considerando, também, a negativa de seguimento aos Embargos de Declaração opostos (Despacho nº 202-132 da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes).

Contra o Despacho 202-132 ora aludido, foram opostos novos Embargos de Declaração, em 06/10/2008, e em 15/10/2008 foi interposto Recurso Especial, tendo sido este último admitido pelo Conselho de Contribuintes no âmbito da Câmara Superior de Recursos Fiscais, o qual teve seu mérito julgado em 10/12/2009, onde se deliberou pela manutenção da decisão adotada quando da apreciação do Recurso Voluntário anteriormente citada.

A CAIXA foi cientificada do inteiro teor da decisão prolatada no julgamento do Recurso Especial em 07 de junho de 2010, contra o qual decidiu opor novos Embargos de Declaração em 14 de junho de 2010, ressaltando-se caber, ainda, ao se esgotarem as possibilidades na esfera administrativa, ação junto ao Poder Judiciário.

(ii) A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 30 de junho de 2010, montam a R\$ 1.421.916 (2009 - R\$ 1.340.392), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 262.648 (2009 - R\$ 207.812).

(iii) As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA em diversos Municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 30 de junho de 2010 corresponde ao montante de R\$ 286.846 (2009 - R\$ 272.170). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial sopesados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R\$ 145.860 (2009 - R\$ 93.625).

(iv) Dentre Outros processos fiscais destaca-se o que a CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 3 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R\$ 119.775 (2009 - R\$ 113.200), e com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor..

(v) A CAIXA possui 18 processos relativos a Imposto de Renda, PASEP, Contribuições Previdenciárias e ISSQN, ICMS, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como probabilidade de perda possível e soma R\$ 4.295.659 em 30 de junho de 2010.

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### Nota - 33 Partes relacionadas

#### (a) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
Benefícios de curto prazo	4.311	2.416	4.199
Proventos	3.562	2.061	3.315
Encargos Sociais	749	355	884

Em atendimento ao Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987, estão destacadas abaixo as remunerações pagas a empregados e administradores, nelas não são deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/1987 e Lei nº 8.852/1994:

Descrição	2010				2009	
	30 de junho		31 de março		30 de junho	
	Administrador R\$	Empregado R\$	Administrador R\$	Empregado R\$	Administrador R\$	Empregado R\$
Maior Salário	30.063	26.485	30.063	24.985	27.730	24.985
Salário Médio	26.969	4.318	26.969	4.364	24.985	4.127
Menor Salário	22.573	1.160	22.573	1.160	20.821	1.094

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

#### (b) Operações ativas e passivas da CAIXA com as partes relacionadas

As operações com a CAIXAPAR, Caixa Seguros, Tesouro Nacional e FUNCEF são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis, praticadas de acordo com as condições de mercado consideradas para as demais operações:

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
<b>ATIVOS</b>			
<b>Rendas a receber</b>	<b>686.515</b>	<b>914.626</b>	<b>552.234</b>
Caixa Seguros	-	253.520	40.624
CAIXAPAR	-	1.893	-
OGU - Orçamento Geral da União	686.515	659.213	511.610
<b>Total</b>	<b>686.515</b>	<b>914.626</b>	<b>552.234</b>
<b>PASSIVOS</b>			
<b>Depósitos à vista</b>	<b>217.221</b>	<b>436.231</b>	<b>488.342</b>
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	209.089	412.805	476.850
Caixa Seguros	5.950	21.577	9.876
FUNCEF	2.104	1.819	1.616
CAIXAPAR	78	30	-
<b>Obrigações por operações compromissadas</b>	<b>839.404</b>	<b>758.126</b>	<b>-</b>
CAIXAPAR	839.404	758.126	-
<b>Repasses do país - instituições oficiais</b>	<b>118</b>	<b>(625)</b>	<b>401</b>
OGU - Orçamento Geral da União	118	(625)	401
<b>Obrigações diversas</b>	<b>27.397</b>	<b>26.812</b>	<b>25.154</b>
OGU - Orçamento Geral da União	27.397	26.812	25.154
<b>Total</b>	<b>1.084.140</b>	<b>1.220.544</b>	<b>513.897</b>
<b>RECEITAS</b>			
<b>Rendas de prestação de serviços</b>	<b>207.575</b>	<b>107.520</b>	<b>153.829</b>
Caixa Seguros	158.719	76.701	133.236
OGU - Orçamento Geral da União	48.856	30.818	20.593
<b>Rendas de participações</b>	<b>220.767</b>	<b>108.648</b>	<b>171.047</b>
Caixa Seguros	-	-	171.047
CAIXAPAR	220.767	108.648	-
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>6.075</b>	<b>2.947</b>	<b>8.829</b>
OGU - Orçamento Geral da União	6.075	2.947	8.829
<b>Total</b>	<b>434.417</b>	<b>219.115</b>	<b>333.705</b>
<b>DESPESAS</b>			
<b>Despesas com Operações Compromissadas</b>	<b>31.887</b>	<b>15.084</b>	<b>-</b>
CAIXAPAR	31.887	15.084	-
<b>Despesas administrativas - aluguéis</b>	<b>17.074</b>	<b>8.525</b>	<b>19.574</b>
FUNCEF	17.074	8.525	19.574
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>1.449</b>	<b>685</b>	<b>1.677</b>
OGU - Orçamento Geral da União	1.449	685	1.677
<b>Total</b>	<b>50.410</b>	<b>24.294</b>	<b>21.251</b>

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

**Nota - 34 Benefícios a empregados**

A CAIXA realizou no final de 2009 estudos e cálculos previstos na resolução CVM nº 600/2009 que aprovou o CPC 33, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil, para atualização dos custos que proporcionam benefícios a empregados de entidades patrocinadoras de planos de previdência na modalidade benefício definidos, bem como de planos de saúde e auxílio alimentação/cesta alimentação (Nota 19 (c)).

**(a) Plano de benefícios - Previdência privada**

A CAIXA é patrocinadora da Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), que tem por objetivo a administração de planos de benefícios de natureza previdenciária, nas condições previstas nos regulamentos próprios, havendo atualmente planos de benefício definido e de contribuição definida.

**a.1) REG/REPLAN**

O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Benefício Definido, vinculado ao INSS e ao Plano de Cargos e Salários (PCS) do Patrocinador.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano, com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por Órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de benefícios oferecido pelo patrocinador.

A Contribuição da patrocinadora é estabelecida por meio de avaliação atuarial anual, e em hipótese alguma excederá o total da contribuição normal do participante e do assistido, limitada a 7,85% do total dos salários de contribuição dos associados.

**a.2) REB**

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto-patrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Com a criação do Plano REB, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

A contribuição da patrocinadora para o REB 1998 é limitada a 8,34% da soma do salário dos empregados participantes do plano. Para o REB 2002 a contribuição é paritária, limitada a 7% do total dos salários de participação dos empregados em atividade.

## **Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

### **a.3) Novo Plano**

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 01 de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto-patrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

### **(b) Auxílio-Alimentação/Cesta-Alimentação**

A CAIXA fornece aos empregados e dirigentes o Auxílio-Alimentação/Cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Este auxílio é definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2009 a agosto de 2010 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 371,36 (trezentos e setenta e um reais e trinta e centavos) para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2009 a agosto de 2010 é de R\$ 289,36 (duzentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos) para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

### **(c) Assistidos PREVHAB**

A Caixa administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB transferidos da CAIXA Seguros para a CAIXA em 1º de novembro de 2002 decorrente do destrato do contrato de instituição de plano especial de benefícios.

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### (d) Conciliação dos ativos e passivos

Descrição	31.12.2009					
	REG/REPLAN	REB	PREVHAB	Novo Plano	Auxílio e cesta alimentação	Auxílio pecúlio
d.1) Valor presente das obrig. com cobertura	27.479.152	772.600	-	1.537.276	-	5.825
c.2) Valor presente das obrig. sem cobertura	-	-	40.205	22.120	744.355	6.201
<b>d.3) Valor presente das obrig. atuariais (d.1 + d.2)</b>	<b>27.479.152</b>	<b>772.600</b>	<b>40.205</b>	<b>1.559.396</b>	<b>744.355</b>	<b>12.026</b>
d.4) Valor justo dos ativos do plano	(31.584.152)	(852.948)	-	(1.537.276)	-	(5.825)
d.5) Valor presente das obrig. em excesso (inferior) ao valor justo dos ativos	(4.105.000)	(80.348)	40.205	22.120	744.355	6.201
d.6) Ganhos ou (perdas) atuariais não reconhecidas	774.288	(47.974)	4.205	(15.999)	(16.956)	(6.113)
<b>d.7) Passivo/(Ativo) atuarial líquido (d.5 + d.6)</b>	<b>(3.330.712)</b>	<b>(128.322)</b>	<b>44.410</b>	<b>6.121</b>	<b>727.399</b>	<b>88</b>
d.8) Valor não reconhecido como (ativo)/Passivo em decorrência da regra estabelecida	(2.052.500)	(40.174)	-	11.060	-	-
<b>d.9) Passivo/(Ativo) atuarial líquido (d.7 (-) d.8)</b>	<b>(1.278.212)</b>	<b>(88.148)</b>	<b>44.410</b>	<b>(4.939)</b>	<b>727.399</b>	<b>88</b>

Os ativos atuariais líquidos (c.9) não estão registrados nas demonstrações financeiras conforme prerrogativa da norma vigente.

### (e) Resumo da movimentação

Descrição	Apuração realizada					
	REG/REPLAN	REB	PREVHAB	Novo Plano	Auxílio e cesta alimentação	Auxílio pecúlio
Passivo (Ativo) atuarial contab. em 31/12/2008	-	-	42.680	104.111	712.423	(620)
Pagamento de contrib. para o Plano	(17.064)	(20.288)	(4.762)	(256.387)	(57.821)	(178)
Despesa / (receita) apurada	(1.261.148)	(67.860)	4.707	147.337	70.818	886
Passivo (Ativo) atuarial líquido	(1.278.212)	(88.148)	42.625	(4.939)	725.420	88
Passivo (ativo) atuarial contab. em 31/12/2009	-	-	42.625	-	725.420	-

### (f) Plano de saúde - Saúde CAIXA

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência a saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA - um programa instituído pela CAIXA e por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS.

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Na composição da receita do Saúde CAIXA, conforme alteração implantada em 2004, a CAIXA participa com a contribuição mensal correspondente a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de 3,5% sobre a despesa com pessoal, e o beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% de sua remuneração-base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto anual.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço.

Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 4.974.304 (2009 - R\$ 4.500.718) e a despesa para o período acumulado até 30 de junho de 2010 foi de R\$ 228.361 (2009 - R\$ 266.236), e os desembolsos referentes aos pagamentos dos benefícios do período montam R\$ 20.105.

### (g) Resumo dos passivos atuariais (nota 20 (c.1))

Especificações	Saldo em 31.12.2009	Ajuste apurado	Saldo em 30.06.2010
PREVHAB	42.625	536	43.161
Auxílio e cesta alimentação	725.420	(75.239)	650.181
SAÚDE CAIXA	4.766.048	208.256	4.974.304
<b>Total (i)</b>	<b>5.534.093</b>	<b>133.553</b>	<b>5.667.646</b>

(i) a diferença entre o valor contabilizado e o valor do estudo realizado encontra-se dentro das normas contábeis vigentes – nota 4 (r).

### (h) Premissas econômicas

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais foram as seguintes:

Especificações	2009	2009
	SAÚDE CAIXA	Outros planos (i)
Taxa para desconto da obrigação atuarial	10,91% a.a.	11,03% a.a.
Taxa de rendimento total esperada sobre ativos do plano	10,91% a.a.	11,08% a.a.
Crescimento salarial real	1,04% a.a.	-.

(i) refere-se aos planos de previdência privada, auxílio pecúlio e auxílio e cesta alimentação. As taxas consideram o efeito da inflação.

### (i) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

i.1) REG/REPLAN, REB e Novo Plano: A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (i) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (ii) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos e (iii) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

i.2) Saúde Caixa: as perdas atuariais relativas a esse passivo que ultrapassaram o limite definido na nota 4(r) serão reconhecidas pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

### **(j) Participação dos empregados nos lucros**

Foi destacado para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o montante de R\$ 201.195 (2009 - R\$ 95.078).

### **Nota - 35 Gerenciamento do Risco Corporativo**

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da Instituição.

As estruturas de gerenciamento de riscos estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco e claramente comunicados a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

### **(a) Basiléia II**

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basiléia II são coordenadas por um projeto estratégico e supervisionadas pela unidade de risco corporativo da Vice-Presidência de Controle e Risco. O Projeto foi aprovado pelo Conselho Diretor e reflete o devido reconhecimento e a priorização estratégica atribuída pela Administração à implantação das melhores práticas de gestão de riscos.

O Projeto visa assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos / avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno / avançado de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a instituição a adotar os modelos

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo BACEN.

A Instituição reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento da missão estratégica da CAIXA.

### (b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme esta as Resoluções CMN nº. 3.444/2007 e 3.490/2007, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
<b>PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (NÍVEL I + NÍVEL II - DEDUÇÕES)</b>	<b>30.571.675</b>	<b>30.014.052</b>	<b>22.905.625</b>
<b>NÍVEL I</b>	<b>15.286.397</b>	<b>15.007.645</b>	<b>13.102.788</b>
Patrimônio Líquido	14.295.214	13.731.867	13.502.348
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	1.993.878	1.957.519	-
Reservas de Reavaliação	(495.672)	(499.837)	(534.399)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	(423.859)	(89.609)	(336.996)
Ativo Permanente Diferido	(78.115)	(87.671)	(117.251)
Ajuste ao Valor de Mercado	(5.049)	(4.624)	(1.106)
Adicional de Provisão ao Mínimo Estabelecido pela 2.682/1999	-	-	590.192
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	-	-	-
<b>NÍVEL II</b>	<b>15.286.397</b>	<b>15.007.645</b>	<b>9.808.077</b>
Reservas de Reavaliação	495.672	499.837	534.399
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	9.877.238	9.675.299	5.832.856
Instrumentos de Dívida Subordinada	4.908.438	4.827.885	3.439.717
Ajuste ao Valor de Mercado	5.049	4.624	1.106
Excesso de Capital de Nível II em Relação ao Nível I	-	-	-
<b>DEDUÇÕES DO PR</b>	<b>(1.118)</b>	<b>(1.238)</b>	<b>(5.240)</b>
Participação em instituição financeira no exterior	(1.118)	(1.238)	(5.240)
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)</b>	<b>19.684.773</b>	<b>18.216.762</b>	<b>13.401.186</b>
Risco de Crédito	18.056.358	16.549.391	12.600.183
Risco de Mercado	38.748	77.704	116.852
Risco Operacional	1.589.667	1.589.667	684.151
<b>MARGEM DE CAPITAL (PR - PRE)</b>	<b>10.886.902</b>	<b>11.797.290</b>	<b>9.504.439</b>
<b>ÍNDICE DE BASILÉIA (PR x 100) / (PRE / 0,11)</b>	<b>17,08</b>	<b>18,12</b>	<b>18,80</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

### (c) Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados, além de perdas decorrentes da desvalorização de contratos de crédito como reflexo da deterioração na classificação de risco do tomador, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas na renegociação e dos custos de recuperação.

Como parte do aprimoramento constante do processo de Gestão de Risco de Crédito, a CAIXA possui como rotina anual a aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração das revisões de suas políticas, estratégias e limites de exposição.

O monitoramento do risco de crédito consiste no acompanhamento dos processos das atividades de crédito, no aperfeiçoamento, apuração e elaboração de inventários de seus modelos, além do monitoramento de concentrações e identificações de novas variáveis que possam refletir no risco de crédito.

Visando mitigar o risco, todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco por modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, o que possibilita mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

Modelos de *Credit Scoring* ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação são utilizados nas novas contratações onde, no máximo anualmente, são reavaliadas por meio de modelos de *Behavior Scoring* nas exposições de varejo e reavaliação de *rating* nas demais.

O monitoramento das exposições ao risco de crédito ocorre pelo controle dos indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital, o que possibilita ampla visão do perfil do risco por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros, e pela adoção de medidas de mitigação de risco, quando necessário.

Dentre as atividades realizadas pela área de gestão de risco de crédito de carteira destaca-se ainda, a calibração dos modelos de monitoramento de risco de carteira com realização de *backtesting* e verificação de aderência, participação ativa na avaliação de riscos principalmente na criação e reposicionamento de produtos, monitoramento da provisão frente às perdas esperadas e inesperadas. A gestão do risco de crédito está presente também na apresentação de propostas, acompanhamento e avaliação de metodologias e ferramentas que busquem a mitigação dos riscos de concentração e das operações de crédito.

Os processos desenvolvidos passam por revisões periódicas visando as melhores práticas do mercado e atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores. Cabe salientar que todos os processos e modelos utilizados são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

### (d) Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. Essa definição inclui as operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

A área de risco da CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e a dimensão de sua exposição a este risco abrangendo:

- Políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado claramente documentadas, com definição de limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela instituição.
- Sistemas para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na carteira de negociação quanto para as demais posições, os quais devem abranger todas as fontes relevantes de risco de mercado e gerar relatórios tempestivos para as instâncias deliberativas.
- Realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas.
- Identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações e análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA.
- Realização de simulações de condições extremas de mercado (testes de estresse), inclusive da quebra de premissas, cujos resultados devem ser considerados ao estabelecer ou rever as políticas e limites para a adequação de capital.

A CAIXA estabelece limites de exposição e concentração a riscos de mercado por fator primitivo de risco, VaR de mercado, sensibilidade e ajuste de marcação a mercado, visando assegurar a manutenção dos níveis exposição a este risco definidos pela Alta Administração e diminuir a volatilidade dos resultados da Instituição, alinhando-se às melhores práticas de mercado e à exigência legal. Eventuais violações são comunicadas tempestivamente ao Comitê de Riscos para a tomada de decisão sobre a manutenção, a revisão ou o encerramento da posição.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

### **Carteira de negociação**

A CAIXA adota modelo paramétrico para o cálculo do VaR e utiliza horizonte de tempo de previsão de um dia e nível de confiança de 99% para a mensuração da exposição a risco de mercado da carteira de negociação em cenário de normalidade e de estresse.

Para verificação da acurácia do modelo de cálculo do VaR, são utilizados dois testes, o primeiro baseado nas recomendações do Comitê de Basileia e o segundo à luz da metodologia de Kupiec - teste de proporção de falhas. Diariamente, apura-se o número de violações, que consiste em verificar quando a perda não realizada supera o VaR calculado.

A Alta Administração recebe reporte diário sobre a exposição ao risco de mercado da carteira de negociação e o monitoramento do limites estabelecidos.

A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Valor em Risco em Cenário de Normalidade <sup>(1)</sup>			
Fatores de Risco	2010		2009
	30 de junho	31 de março	30 de junho
PRE	0,8	6,3	20,5
Cupom IGP	0,3	0,3	0,3
Cupom IPCA	0,2	0,6	1,8
Cupom SELIC	0	0	0,3
Cupom TR	0	0	0
CDI	0	0	0
VaR sem ED <sup>(2)</sup>	1,4	7,3	22,9
VaR com ED <sup>(2)</sup>	1,2	6,6	22,8

(1) Os valores do VaR de 03/06/2009 e de 31/03/2010 foram recalculados em razão de alterações nos parâmetros do modelo

(2) Efeito Diversificação

### Operações não classificadas na carteira de negociação

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards - A Revised Framework – Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*. O teste de estresse é realizado, mensalmente, em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº. 3.365/07.

A Alta Administração recebe reporte mensal sobre a exposição ao risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação da CAIXA e o monitoramento do limites estabelecidos.

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

### Instrumentos Financeiros – Valor marcado a mercado

A comparação entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado é apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Valor de Referência			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber no Período		
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2009	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2009	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2009
<b>ATIVO</b>									
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	96.279	94.181	103.775	96.279	94.181	103.775	-	-	-
Aplicações em Operações Compromissadas	31.459.173	38.411.168	39.019.259	31.448.575	38.405.300	39.019.205	(10.597)	(5.868)	(54)
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	110.112.798	105.074.982	121.092.449	110.038.561	105.697.414	120.947.626	(74.237)	622.432	(144.823)
Títulos para negociação	37.083.545	32.086.148	34.768.054	37.083.545	32.086.148	34.768.054	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	1.311.067	1.515.125	1.577.171	1.311.067	1.515.125	1.577.171	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	71.718.185	71.473.709	84.747.224	71.643.948	72.096.141	84.602.401	(74.237)	622.432	(144.823)
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	151.282.177	136.617.754	100.913.143	153.955.400	135.825.627	102.550.817	1.395.169	(792.127)	1.637.674
Comercial	52.548.779	47.961.057	37.421.291	63.584.602	52.364.924	41.893.237	11.035.823	4.403.867	4.471.946
Habitação	86.907.225	77.808.676	55.018.587	81.388.199	75.109.010	53.998.816	(5.519.026)	(2.699.666)	(1.019.772)
Infraestrutura/Desenvolvimento	9.696.315	8.810.085	6.793.004	6.213.714	5.726.789	4.565.055	(3.482.601)	(3.083.296)	(2.227.950)
Outros Créditos	2.129.858	2.037.936	1.680.260	2.768.885	2.624.904	2.093.710	(639.027)	586.968	413.450

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	Valor de Referência			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber no Período		
	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2009	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2009	30/06/2010	31/03/2010	30/06/2009
<b>PASSIVO</b>									
<b>Captações de Recursos</b>	<b>32.226.335</b>	<b>28.692.239</b>	<b>23.195.130</b>	<b>32.319.934</b>	<b>28.805.282</b>	<b>23.244.392</b>	<b>93.600</b>	<b>113.043</b>	<b>49.262</b>
CDB/RDB	26.393.738	24.994.646	21.950.992	26.250.700	24.843.061	21.776.507	(143.038)	(151.585)	(174.485)
LCI LH	5.832.596	3.697.593	1.244.138	6.069.234	3.962.221	1.467.886	236.637	264.628	223.748
<b>Captação em Operações Compromissadas</b>	<b>68.592.786</b>	<b>67.042.665</b>	<b>62.016.189</b>	<b>70.372.238</b>	<b>68.104.670</b>	<b>62.657.221</b>	<b>1.779.452</b>	<b>1.062.005</b>	<b>641.032</b>
<b>Obrigações por empréstimos e repasses e Outras</b>	<b>40.968.222</b>	<b>44.308.033</b>	<b>29.505.057</b>	<b>41.201.922</b>	<b>39.684.286</b>	<b>32.216.926</b>	<b>233.700</b>	<b>(4.623.747)</b>	<b>2.711.870</b>
Exterior	8.214	8.716	12.455	8.149	8.562	12.339	(65)	(154)	(116)
Tesouro	28.435	27.858	26.212	26.770	26.782	22.821	(1.665)	(1.076)	(3.390)
FGTS	37.570.954	40.857.611	26.124.108	38.127.484	36.574.585	29.179.892	556.529	(4.283.026)	3.055.785
BNDES	952.478	885.863	792.899	890.958	844.488	778.552	(61.520)	(41.375)	(14.347)
Depósitos não remunerados	2.408.141	2.527.985	2.549.384	2.148.562	2.229.869	2.223.322	(259.580)	(298.116)	(326.062)
<b>Instrumento Híbrido de Capital e Dívida</b>	<b>12.524.479</b>	<b>12.343.424</b>	<b>5.832.856</b>	<b>12.419.847</b>	<b>12.371.687</b>	<b>5.312.943</b>	<b>(104.633)</b>	<b>28.263</b>	<b>(519.913)</b>

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

### Determinação de valor marcado a mercado dos instrumentos financeiros

Operações classificadas na carteira de negociação: a carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

O processo de marcação a mercado dos instrumentos financeiros da carteira de negociação realiza o cálculo dos preços de negociação desses instrumentos no mercado secundário mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros - estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados na categoria III, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infra-estrutura, e as operações passivas de captações e depósitos, com e sem vencimento definido.

As operações ativas das carteiras comercial, habitacional, de saneamento e infra-estrutura são agrupadas de acordo com suas características comuns e regências de evolução. Aquelas que não apresentam data de pagamento pré-estabelecida ou possuem a característica de perpetuação do volume captado são denominadas sem vencimento definido, enquanto as com vencimento definido se caracterizam pela definição das condições de pagamento em data pré-estabelecida e de rendimentos prefixados ou pós-fixados.

O processo de marcação a mercado das operações não classificadas na carteira de negociação é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado. Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

### Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, foram realizadas análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 30 de junho de 2010. Essas análises incluíram todas as operações com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**Cenário III:** Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco, devido a variações nas taxas de juros. Estes estudos hipotéticos, realizados conforme a legislação vigente, tornam-se úteis como ferramenta de gerenciamento de risco de mercado, possibilitando a adoção de medidas de mitigação, caso se concretizem tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

### Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475

Instrumentos Financeiros - 30 de junho 2010 – R\$				
Descrição	Risco	Cenário Provável	variação de 25%	variação de 50%
PREFIXADO	aumento de taxa de juros	(68.742.612)	(1.630.387.263)	(3.096.068.710)
ÍNDICE DE PREÇOS	aumento de cupons de índice de preços	(49.426.215)	(1.191.628.297)	(2.297.389.585)
TR/TBF/TJLP	aumento de cupom de TR	(116.875.869)	(2.423.648.960)	(4.016.824.905)
VARIAÇÃO CAMBIAL	queda nas taxas de cambio	(3.700)	(93.669)	(189.848)

#### (e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na probabilidade de que o preço de liquidação de ativos seja diferente do seu preço marcado a mercado devido ao volume das operações ou de situações de mercado e de que a instituição não tenha recursos para honrar seus compromissos ou ainda tenha dificuldades em obter novos recursos por um preço compatível.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações da CAIXA em condições normais e de estresse, de um conjunto de indicadores de monitoramento da liquidez da Instituição e pelo estabelecimento de procedimentos para atuação em resposta a situações de crise de liquidez, em consonância às orientações emanadas do Comitê da Basileia para Supervisão Bancária e organismos nacionais e internacionais envolvidos com a supervisão de riscos de instituições financeiras. Assegura a manutenção dos níveis de exposição a este risco dentro dos limites estabelecidos, a diminuição da volatilidade dos resultados e o alinhamento às melhores práticas de mercado e à exigência legal.

#### (f) Risco Operacional

O gerenciamento de risco operacional da CAIXA está pautado nas melhores práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, visto que a eficiente gestão dessa categoria de risco é fator estratégico para a Empresa.

## **Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

### **Definição de Risco Operacional**

O risco operacional (RO) é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela instituição.

O gerenciamento de risco operacional da CAIXA está pautado nas melhores práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, visto que a eficiente gestão dessa categoria de risco é fator estratégico para a Empresa.

### **Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional**

A estrutura de gerenciamento do risco operacional implantada na CAIXA, está em consonância com as diretrizes da Empresa, além de ser compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição.

Está prevista na Política de Gerenciamento de Risco Operacional da CAIXA, na qual estão definidos princípios, papéis e responsabilidades e conta com ativa participação do Comitê de Risco, e dos Conselhos Diretor e de Administração.

Essa estrutura está comprometida com o ambiente adequado e a eficiência do processo de gerenciamento dessa categoria de risco, com a transparência e divulgação de informações para o público interno e para o mercado, bem como, com o alcance do disposto na Resolução 3.380, publicada pelo Banco Central do Brasil em 29 de junho de 2006.

A área responsável pelo gerenciamento de risco operacional atua de forma segregada das áreas negociais e da auditoria interna, o que permite preservar a independência na gestão desse risco.

Assim, tem como fundamento identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, estando capacitada a identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da CAIXA.

### **Identificação de Risco Operacional**

#### **Identificação**

Na identificação do risco operacional são considerados tanto os fatores externos quanto os fatores internos que podem afetar adversamente os resultados financeiros da Empresa.

O processo de identificação dos riscos operacionais permeia toda a Instituição. Alcança desde os produtos e serviços a serem lançados, até aqueles já disponíveis aos clientes.

As análises para identificar a exposição ao risco operacional alcançam também as diferentes áreas da CAIXA, por meio do mapeamento para identificação dos riscos operacionais, nas Gerências Nacionais, Superintendências e Vices-Presidência da Empresa.

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

Outro método para identificar os riscos operacionais aos quais a CAIXA está exposta, é a auto-avaliação do risco operacional, adaptada da metodologia CRSA (*Control & Risk Self Assessment*). Essa auto-avaliação é apresentada sob a forma de questionários eletrônicos, nos quais são formuladas perguntas aos gerentes/gestores sobre a possibilidade de ocorrência de eventos de riscos operacionais, bem como sobre o nível de criticidade e os controles adotados para mitigar esses riscos.

### Avaliação

A avaliação do risco operacional é dividida em: avaliação qualitativa e avaliação quantitativa.

#### 1 Avaliação Qualitativa

Na avaliação qualitativa obtém-se o perfil de risco da Instituição por atividades e/ou áreas, que é realizado por meio de mapeamento e de auto-avaliação.

O processo de mapeamento permite que os riscos operacionais identificados nas áreas possam ser avaliados levando em consideração aspectos de relevância, necessidade de mitigação e tendência. A auto-avaliação permite também avaliar os valores envolvidos nas ocorrências potenciais e serve como forma de divulgação dos conceitos envolvidos no gerenciamento dos riscos operacionais.

#### 2 Avaliação Quantitativa

Na avaliação quantitativa são estabelecidas métricas, com o objetivo de analisar o histórico das perdas, projetar prejuízos financeiros e realizar o cálculo para alocação de capital.

### Cálculo para Requerimento de Capital

A metodologia de medição da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional ( $P_{OPR}$ ) adotada na CAIXA é a Abordagem Padronizada Alternativa (ASA).

No entanto, a CAIXA pretende apresentar sua candidatura para a implantação do modelo interno - método de mensuração avançada. Para tal, ao longo dos últimos anos, está em desenvolvimento/aprimoramento um conjunto de ações para que em 2013 (conforme cronograma divulgado pelo BACEN) essa candidatura possa ocorrer.

### Modelos Internos

O método interno de alocação de capital para RO requer o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle, e como resultado espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (interna e/ou externa), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros para mitigar a exposição ao risco operacional.

O método interno requer maior número de variáveis a serem analisadas, maior eficiência e sofisticação no gerenciamento de risco operacional, o que conseqüentemente, implicará na diminuição do capital regulamentar a ser alocado, quando comparado com os métodos padronizados.

O método interno requer no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

- Base de dados internos - A base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade. Essas informações contêm maior detalhamento das características das perdas, o que permite a análise adequada dos riscos materializados na forma de despesas.
- Base de dados externos – Essa base auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Fatores de controle interno e de ambiente de negócios - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a instituição está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição. A escolha de cada fator precisa ser avaliada e justificada como significativo para compor a base de dados. Espera-se que essas informações sejam fornecidas ou validadas pelos gestores e especialistas da instituição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Exceto o segundo elemento, os demais são objetos de estudo, desenvolvimento e/ou aprimoramento na Área responsável pelo gerenciamento de risco operacional na CAIXA.

### **Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação**

As ações de monitoramento, mitigação e controle operacional são objetos de atenção especial, visto que: dão continuidade ao ciclo de gerenciamento iniciado na atividade de identificação do risco operacional e demonstram, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da Empresa, a efetividade desse gerenciamento.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de proporcionar a tomada de decisão de ações de mitigação. Também são monitorados sistematicamente informações que atuam como indicadores da exposição da instituição às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O foco nas medidas preventivas é um norte gerencial dado pela Instituição para que as falhas não ocorram e caso ocorram, tenham impacto reduzido.

O controle operacional dos produtos e serviços a serem lançados é realizado por meio de ferramenta específica, com capacidade para gerar sistematicamente informações sobre a implementação das medidas corretivas recomendadas.

### **Gestão da Continuidade dos Negócios**

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da Instituição, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Destaca-se também como um elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da Empresa na construção e consolidação de modelos, procedimentos, práticas, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

### Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da Empresa e demonstrar o compromisso da CAIXA com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

### Nota - 36 Outras informações

#### (a) Administração de entidades sociais

Patrimônios líquidos dos Fundos e Programas Sociais administrados pela CAIXA:

Entidade	2010		2009
	31 de março	30 de junho	30 de junho
PIS	26.408.474	28.470.828	26.853.233
FGTS*	31.818.681	32.658.047	30.592.925
FAR *	4.627.936	4.630.922	4.043.323
FDS	1.119.062	1.121.557	892.840
FAS	27.702	28.614	29.716
PCE	-	-	17.225
FGS	111.051	71.141	181.103
FIEL	46.734	47.562	44.714
FGHAB*	102.803	98.683	66.263
FCA *	1.166	1.751	0
FGCN**	1.364.258	1.369.718	0
FCE*	82	69	83
<b>Total</b>	<b>65.627.949</b>	<b>68.498.823</b>	<b>62.721.425</b>
FCVS (i) **	<b>(85.865.908)</b>	<b>(86.129.186)</b>	<b>(81.642.238)</b>

\* posição Maio/2010

\*\* posição Abr/2010

(i) A obrigação pela cobertura do patrimônio líquido negativo do FCVS é exclusiva da União.

## Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

### **(b) Garantias prestadas a terceiros**

Registra-se o valor de R\$ 82.404 (2009 - R\$ 66.813), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

### **(c) FGTS**

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 32.842 (2009 - R\$ 34.496).

A lei nº 8.036/1990 institui em seu art. 7º item IX, incluído pela Lei nº 11.491/2007, que cabe à CAIXA na qualidade de agente operador garantir aos recursos alocados ao FI – FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável as contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R\$ 77.723 (2009 - R\$ 58.369)

### **(d) FIES**

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007 de 19 de novembro de 2007.

O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 156.071 (2009 - R\$ 137.872).

### **(e) Eventos Subsequentes**

Em 19 de julho de 2010 o Banco Central por meio do ofício Deorf/Gabin – 2010/06731 do aprovou o ingresso da CAIXAPAR no grupo de controle do Banco Panamericano restando apenas a apresentação dos pertinentes atos relativos à conclusão da operação.

Maria Fernanda Ramos Coelho  
Presidenta

Carlos Antonio de Brito  
Vice-presidente

Carlos Augusto Borges  
Vice-presidente

Clarice Coppetti  
Vice-presidente

Édilo Ricardo Valadares  
Vice-presidente

Fábio Lenza  
Vice-presidente

Jorge Fontes Hereda  
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto  
Vice-presidente

Marcos Roberto Vasconcelos  
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues  
Vice-presidente

Raphael Rezende Neto  
Superintendente Nacional  
Contador CRC 9.037/O-0 - DF